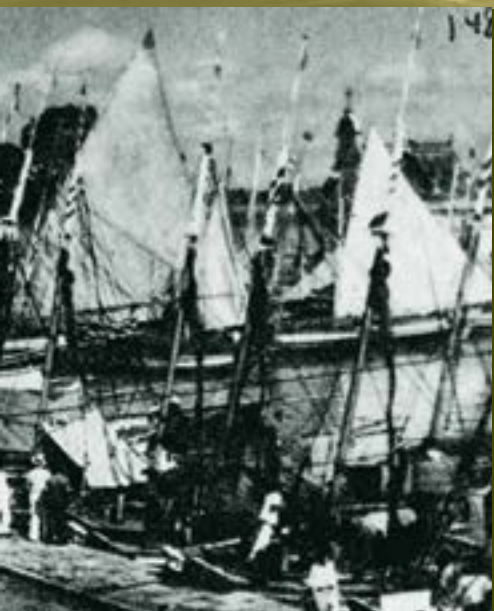


FORMAÇÃO RURAL EXTRATIVISTA NA AMAZÔNIA

Os desafios do desenvolvimento capitalista
(1720-1970)

Francisco de Assis Costa



SÉRIE III
FORMAÇÃO HISTÓRICA
Livro 1

ECONOMIA
POLÍTICA DA
AMAZÔNIA



Francisco de Assis Costa nasceu em 1948, em Pedro Avelino, no Rio Grande do Norte, em cuja Universidade Federal graduou-se em Ciências Econômicas em 1971. Após especialização em Matemática (CECINE-UFPE) e Planejamento (NAEA-UFPA), trabalhou no Sistema Nacional de Planejamento Agrícola, sendo coordenador técnico da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Pará (1978-1982). Orientado pela Professora Maria Yedda Linhares obteve título de Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 1981. Doutorou-se em Economia pela *Freie Universität Berlin* em 1988, na Alemanha Federal. Iniciou carreira docente em 1989 na Universidade Federal do Pará (UFPA), no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e no Departamento de História. Foi diretor de planejamento da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (2003-2005) e Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA (2011-2012). É Professor Associado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do NAEA e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da UFPA. É pesquisador ativo da Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist, UFRJ) e da Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (Projeto GEOMA). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, foi *Visiting Fellow no Centre for Brazilian Studies* (CBS) da Oxford University, Inglaterra (*Hilary e Trinity Terms*, 2007). Orientou inúmeras teses e detém vasta publicação acadêmica. Sua experiência de pesquisa tem ênfase em economia agrária, história econômica, desenvolvimento regional e relações entre economia e sustentabilidade ambiental, destacando o papel das inovações tecnológicas e institucionais, sobretudo na Amazônia.

Formação Rural Extrativista na Amazônia

*Os desafios do desenvolvimento capitalista
(1720-1970)*

Francisco de Assis Costa



Belém, 2012

Formação Rural Extrativista na Amazônia

*Os desafios do desenvolvimento capitalista
(1720-1970)*

Francisco de Assis Costa

Patrocinador do Projeto



FORDFOUNDATION

Na Linha de Frente das Mudanças Sociais

COPYRIGHT © Francisco de Assis Costa, 2012



Conselho Editorial NAEA
ARMIN MATHIS
EDNA MARIA RAMOS DE CASTRO
FÁBIO CARLOS DA SILVA
JUAREZ CARLOS BRITO PEZZUTI
LUIZ EDUARDO ARÁGON
MARÍLIA FERREIRA EMMI
NIRVIA RAVENA
ORIANA TRINDADE DE ALMEIDA

Créditos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Carlos Eduardo Maneschy - Reitor

NÚCLEO ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
Armin Mathis – Diretor
Fábio Carlos da Silva – Vice Diretor
Oriana Trindade de Almeida – Coordenadora do PDTU
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior – Coordenador PLADES

FUNDAÇÃO FORD
Apoio

AUTORIA DOS TEXTOS
Francisco de Assis Costa

REVISÃO
Marly Camargo Vidal

PROJETO GRÁFICO
Rose Pepe Produções e Design

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
S7ven Consultoria

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) **(Biblioteca do NAEA/UFGPA)**

Costa, Francisco de Assis
Formação rural extraviada na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista
(1720 - 1970) / Francisco de Assis Costa – Belém: NAEA, 2012.

154 p.: il. ; 23 cm. - (Coleção Economia Política da Amazônia. Série III - Formação
histórica; v. 1).

Inclui bibliografias
ISBN: 978-85-7143-102-7

1. Agricultura - Condições econômicas - Amazônia. 2. Economia agrícola - Amazônia.
3. Política econômica. 4. Desenvolvimento agrícola – Amazônia. I. Título. II. Série.

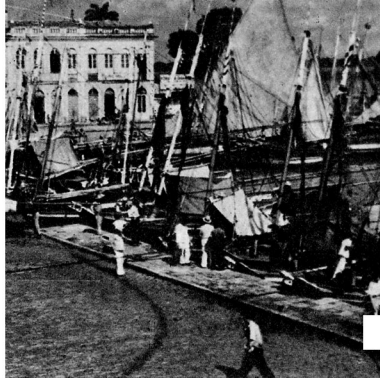
CDD 22. ed. 338. 9009811



Beneficiamento do látex.



Para Roberto Araújo de Oliveira Santos:
muito ao admirável historiador,
mais ao extraordinário ser humano.



APRESENTAÇÃO

O Grupo de Pesquisa “Dinâmica Agrária e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia”, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (GP-DadesaNaea), vem há anos desenvolvendo estudos que compõem uma ampla abordagem interdisciplinar da Amazônia. No esforço, enfatiza a diversidade estrutural e as configurações urbano-rurais que caracterizam as economias locais e realça o papel do conhecimento e da qualidade das instituições no desenvolvimento regional. Mais recentemente, tem procurado integrar esses elementos com as questões associadas às mudanças climáticas e aos mercados de *commodities* ambientais em formação.

Com a ajuda da Fundação Ford, o GP-DadesaNaea começa a organizar sua produção em cinco séries, cada uma com numeração própria, a saber: Série I “Termos de Referência e Avaliações”; Série II “Fundamentos Teóricos e Metodológicos”; Série III “Formação Histórica”; Série IV “Dinâmica Contemporânea” e Série V “Indicações Prospectivas”. O conjunto das séries conforma a Coleção “Economia Política da Amazônia” (CEPA). São três os propósitos principais da CEPA: 1) compor a produção do GP, que flui em artigos e em relatórios parciais, em livros que permitam uma visão mais integral da abordagem coletiva (funções dos livros); 2) compor em dimensões (teórica, histórica, metodológica) a produção organizada em livros (função das séries); 3) compor uma visão multidimensional do objeto do esforço, o desenvolvimento da região e suas sociedades (função da coleção). Por sua vez, a Série I tem por fim abrigar textos seminais e de aprimoramento do trabalho do grupo, de modo que contribuições críticas externas ao grupo aí terão lugar.

Este é o Livro 1 da Série III “Formação Histórica”. O livro trata três períodos da história da Amazônia. Um que analisa o projeto colonial mercantil-capitalista desde o último quartel do século XVII até a crise do segundo quartel do século XVIII e a constituição a partir daí de um campesinato de características peculiares que adentra o século XIX. O segundo período é o da economia da borracha, que vai de meados do século XIX até início do século XX. O terceiro período vai do fim da economia da borracha até meados do século XX - este momento crucial, porém pouco estudado da história da Amazônia.

O livro incorpora resultados de pesquisas realizadas nos últimos 20 anos, no âmbito de diferentes projetos e cooperações. No todo, contamos com a parceria do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Companhia Vale do Rio Doce (VALE).

Contamos com o apoio permanente do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA-UFPA), onde, ademais, privamos do convívio, essencial para a maturidade de muitas das discussões aqui encaminhadas, com os colegas, alunos e orientados do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido e do Grupo de Pesquisa Dinâmica Agrária e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (GP-DadesaNaea), no qual tiveram papéis destacados:

Cleidianne Novais, Danilo Fernandes, Fernanda Moreira, Inailde Almeida, José de Alencar Costa, Luis Gonzaga Feijão, Karen Nogueira, Maria do Carmo Américo, Nicola Tancredi, Ricardo Santos, Sebastião Aluizio Solyno e Wanderlino Andrade.

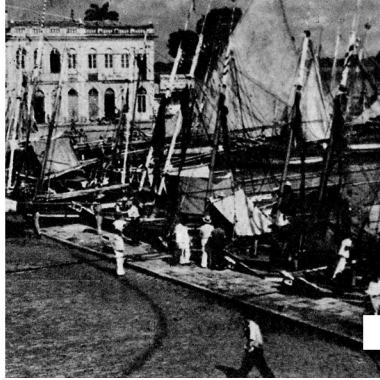
A Fundação Ford garantiu os recursos necessários à publicação, desde o projeto gráfico até a impressão. O que, todavia, não teria acontecido a bom termo sem a dedicação e competência de Rose Pepe, Maria Ataíde Malcher e Marly Vidal.

Belém do Pará, outubro de 2012

A handwritten signature in black ink, reading "Francisco de Assis Costa". The signature is written in a cursive, flowing style with a large initial 'F' and 'C'.



Mercado do Ver-o-Peso, Belém-PA (Ilustração do século XX)

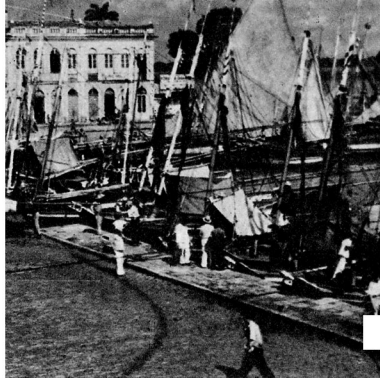


LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.2-1	<i>Evolução do Valor Bruto da Produção no Mercado Mundial (VBPM=Y\$), em \$000; Y\$ per capita (y), população da colônia (P), em números índices para 1720 a 1725 = 100, Médias móveis quinquenais.</i>	33
Gráfico 2.2.1-1	<i>Evolução do Valor da Produção Exportada na Colônia (VBPC=X\$) per capita (x) na Amazônia e no Brasil em \$000 e multiplicador de VBPC na metrópole (m), de 1720 a 1822</i>	34
Gráfico 2.2.1-2	<i>Evolução da produtividade física (xt em kg per capita) e dos preços de exportação da Colônia (x\$ em \$000) de 1720 a 1822 (Médias móveis quinquenais)</i>	34
Gráfico 2.2.1-3	<i>Comparação das taxas de crescimento do Valor da Exportação e Valor Bruto da Produção do Grão-Pará, total e per capita (1720 a 1822), com as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto do Mundo, de Portugal e do Brasil, total e per capita (1700 a 1820)</i>	35
Gráfico 2.2.2-1	<i>Evolução das condições de participação dos agentes econômicos em Y\$ de 1720 a 1822: preço no mercado mundial (y\$), preço pago aos agentes da colônia (x\$) e taxa de formação de valor adicionado na metrópole (m) (Médias móveis quinquenais)</i>	36
Gráfico 2.2.2-2	<i>Evolução da participação relativa dos diversos conjuntos de agentes fundamentais na economia colonial, 1720 a 1822: % de Y\$. Médias móveis quinquenais.</i>	37
Gráfico 2.3.2-1	<i>Quantidade e valor exportados da Amazônia, de 1720 a 1822 (em Toneladas e Mil-Réis)</i>	44
Gráfico 2.4.2-1	<i>Participação relativas das diversas atividades nas exportações da Colônia do Grão-Pará, 1755 a 1777 (% do total exportados)</i>	51
Gráfico 2.4.3-1	<i>Participação relativa das diversas estruturas produtivas da Colônia do Grão-Pará, 1755 a 1777 (% do valor exportado total, médias móveis bianuais)</i>	54
Gráfico 2.4.3-2	<i>Participação relativa das diversas atividades na produção exportada dos camponeses da Colônia do Grão-Pará, 1755 a 1777 (% do total exportados, médias móveis bianuais)</i>	54
Gráfico 2.4.3-3	<i>Participação relativas das diversas atividades na produção exportada dos colonos, da Colônia do Grão-Pará, 1755 a 1777 (% do total, médias móveis bianuais)</i>	55

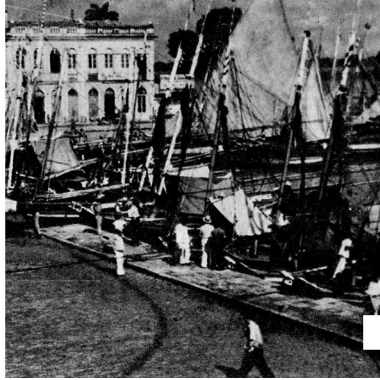
Gráfico 2.4.3-4	<i>Participação relativa das atividades na exportação dos Diretórios da Colônia do Grão-Pará, 1755 a 1777 (% do total, médias móveis bianuais)</i>	56
Gráfico 2.6-1	<i>Evolução das quantidades (t) e respectivos preços (\$000/t) dos grupos de produtos da pauta de exportação da economia colonial amazônica, 1720 a 1822, médias móveis quinquenais</i>	59
Gráfico 2.6-2	<i>Evolução do valor exportado de produtos extrativos e agropecuários da economia colonial amazônica, 1720 a 1822: em \$000 Réis, Médias móveis quinquenais</i>	60
Gráfico 2.6-3	<i>Participação relativa dos grupos de produtos da pauta de exportação da economia colonial amazônica, 1720 a 1822: % de X\$, Médias móveis quinquenais</i>	60
Gráfico 3.1-1	<i>Evolução da economia da borracha: quantidade produzida (t), preço e valor da produção (Mil-Réis)</i>	63
Gráfico 3.1-2	<i>Evolução da economia da Amazônia no período de vigência da economia da borracha: população, renda líquida e renda per capita (Cr\$ de 1972),</i>	64
Gráfico 3.2-2	<i>A borracha na Amazônia: Desenvolvimento do preço e da quantidade exportada no Período de Fundação 1848-1920, Índice 1891 a 1900 = 100</i>	66
Gráfico 3.2-2	<i>Desenvolvimento da produção tradicional dos caboclos comparada à borracha, 1848-1858.</i>	66
Gráfico 3.3-1	<i>A borracha na Amazônia: Desenvolvimento do preço e da quantidade exportada no período do auge, índice 1891 a 1900 = 100</i>	71
Gráfico 3.3-2	<i>A borracha na Amazônia: Desenvolvimento do preço e da quantidade exportada no período de crise, índice 1891 a 1900 = 100</i>	72
Gráfico 4.1-1	<i>Evolução da Composição Setorial da Renda Bruta na Amazônia de 1890 a 1910</i>	74
Gráfico 4.2-1	<i>Amazônia: Variação da Renda Setorial entre 1910 e 1920 (1910 = 100)</i>	75
Gráfico 4.2-2	<i>Amazônia: Alteração na Composição Setorial da Renda entre 1910 e 1920</i>	76
Gráfico 4.3.2-1	<i>Empresas entrantes no setor industrial do Amazonas e do Pará, por ramos produtivos, 1860 a 1920</i>	80
Gráfico 4.3.2-2	<i>Evolução do setor industrial na Amazônia*, 1907, 1920 e 1940</i>	82
Gráfico 4.3.2-3	<i>Fundamentos das empresas do setor industrial na Amazônia*, 1907, 1920 e 1940</i>	84
Gráfico 4.4-1	<i>A borracha na Amazônia: relação preço-quantidade na fase inicial, na fase do auge e na fase de crise – 1848-1920, Índice 1891 a 1900 = 100</i>	87

<i>Gráfico 4.6.1-1</i>	<i>Variação populacional dos municípios e microrregiões do Pará entre 1616 e 1940</i>	91
<i>Gráfico 4.6.5-2</i>	<i>Evolução do setor industrial no Pará e no Amazonas, 1907, 1920 e 1940</i>	103
<i>Gráfico 4.6.5-1</i>	<i>Tamanho das empresas do setor industrial no Pará e no Amazonas, 1907, 1920 e 1940</i>	104
<i>Gráfico 4.6.5-3</i>	<i>Produtividade das empresas do setor industrial no Pará e no Amazonas, 1907, 1920 e 1940, em Cr\$ 1.000 constantes de 1940.</i>	105
<i>Gráfico 4.6.7-1</i>	<i>Pará: Composição setorial do PIB em 1939</i>	107
<i>Gráfico 4.6.8.1-1</i>	<i>Pará: Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) a Preços Constantes – R\$ de 2000 (mil) – Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional¹</i>	110
<i>Gráfico 4.6.8.1-2</i>	<i>Brasil e Pará – Evolução do PIB per capita do Pará a Preços Constantes e da Proporção entre PIB per capita do Pará e do Brasil¹</i>	111
<i>Gráfico 4.6.8.1-3</i>	<i>Brasil e Pará: Evolução da Participação do Pará no PIB do Brasil¹</i>	111
<i>Gráfico 4.6.8.1-4</i>	<i>Pará: Índice de Evolução do PIB dos Setores da Economia Paraense de 1939 a 1953</i>	112
<i>Gráfico 4.6.8.1-5</i>	<i>Pará: Participação relativa do PIB dos setores da economia paraense de 1939 a 1980</i>	113
<i>Gráfico 4.6.8.2-1</i>	<i>Para: Evolução do PIB dos Setores da Economia Paraense de 1954 a 1965</i>	115
<i>Gráfico 4.6.8.3-1</i>	<i>Pará: Distribuição Setorial do FINAM Projetado em 1975 e Realizado em 1985</i>	116
<i>Gráfico A-II.1</i>	<i>Regimes de Produtividade (RP), Regimes de Demanda (RD) e Regimes de Crescimento (RC) da Amazônia colonial</i>	141
<i>Gráfico A-II.2</i>	<i>Regimes de Produtividade (RP), Regimes de Demanda (RD) e Regimes de Crescimento (RC) da Amazônia sob a influência da economia da borracha</i>	142



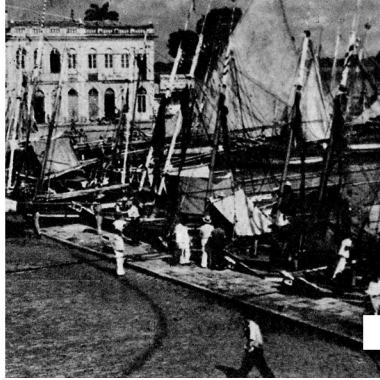
LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 2.1-1</i>	<i>Taxas de evolução das principais variáveis da economia colonial do Grão-Pará</i>	32
<i>Tabela 2.4.3-1</i>	<i>Participação dos titulares das cargas assumidas em Belém pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, 1755 a 1777 (\$000 e % do Total)</i>	52
<i>Tabela 2.5-1</i>	<i>Participação dos ex-Aldeamentos nas exportações totais de cacau em anos escolhidos (em Libras)</i>	58
<i>Tabela 3.1-1</i>	<i>Taxa de crescimento de variáveis fundamentais da economia da Amazônia na vigência da economia da borracha</i>	63
<i>Tabela 4.3-1</i>	<i>Composição da Renda Interna nos setores de produção animal e vegetal na Amazônia, 1910 e 1920.</i>	77
<i>Tabela 4.3.1-1</i>	<i>Apropriação do Solo na Amazônia: número de estabelecimentos e área correspondente por classe de dimensão, Pará, 1920-1960</i>	79
<i>Tabela 4.3.1-2</i>	<i>Evoluções da População da Amazônia, 1848-1950</i>	79
<i>Tabela 4.6.8.3-1</i>	<i>Evolução do PIB dos setores da economia paraense de 1966 a 1980</i>	117
<i>Tabela A-III.1</i>	<i>Principais variáveis da economia colonial do Grão-Pará</i>	144
<i>Tabela A-III.2</i>	<i>Valor das exportações por tipo de titulares das cargas e tipo de produto, em Belém, 1755 a 1777 (em \$000)</i>	147
<i>Tabela A-III.3</i>	<i>Valor das exportações estimadas por estruturas produtivas e tipo de produto, em Belém, 1755 a 1777 (em \$000)</i>	148
<i>Tabela A-III.4</i>	<i>Composição da produção da Amazônia entre produtos extrativos e agrícolas, 1848-1892</i>	149
<i>Tabela A-III.5</i>	<i>A produção agrícola da Amazônia, 1848-1892.</i>	149
<i>Tabela A-III.6</i>	<i>A produção extrativa da Amazônia – 1848-1892</i>	149
<i>Tabela A-IV.1</i>	<i>Quantidade exportada e preço da borracha da Amazônia, 1861-1947</i>	150
<i>Tabela A-IV.2</i>	<i>Renda, População e Renda per Capita (1848-1920)</i>	151
<i>Tabela A-V.1</i>	<i>População do Pará por municípios e microrregiões e principais atividades em 1616 e 1940</i>	152
<i>Tabela A-V.2</i>	<i>Evolução da indústria no Pará, no Amazonas e no Acre, 1907, 1920 e 1940</i>	154



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	09
<i>Prólogo.....</i>	<i>21</i>
<i>A amazônia Colonial e sua economia (1720-1822).....</i>	<i>26</i>
<i>A economia da borracha (1850-1920).....</i>	<i>61</i>
<i>Crise e reestruturação endógena da economia amazônica (1920-1970).....</i>	<i>73</i>
<i>Epílogo.....</i>	<i>118</i>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123
ANEXOS	129
<i>I - Notas sobre os primórdios: Fundamentos naturais originários e sociedades ancestrais</i>	<i>131</i>
<i>II - Notas sobre os regimes de crescimento da Amazônia colonial e da economia da borracha</i>	<i>139</i>
<i>III - Estatísticas da economia colonial.....</i>	<i>144</i>
<i>IV - Estatísticas da economia da borracha</i>	<i>150</i>
<i>V - Estatísticas da fase de reestruturação</i>	<i>152</i>



PRÓLOGO

A historiografia brasileira foi marcada por periodizações pautadas em ciclos. Nessa abordagem, a análise de um período se organiza a partir da noção de que a economia em geral se estrutura com base na produção de um produto fundamental, ou de um conjunto de produtos entre si relacionados, e na relação respectiva com o mercado mundial. Assim, tem-se um produto principal que surge, experimenta uma fase de expansão e, depois, ou é relegado a um plano secundário, ou desaparece completamente num processo que forma um verdadeiro ciclo. Desde a contribuição clássica de Roberto Simonsen “História Econômica do Brasil”, publicada em 1927, a história colonial brasileira é periodizada geralmente como uma sucessão desses ciclos baseados em *commodities*: o “ciclo do pau Brasil”, o “ciclo do açúcar”, o “ciclo do ouro” e o “ciclo do café”.

Sobre a Amazônia afirmou-se também a ideia de ciclos, organizados pelo que definiria o nexo principal entre a Colônia e a economia-mundo. Ter-se-ia, assim, um “ciclo das drogas do sertão” a caracterizar uma fase colonial, a qual se iniciaria na primeira metade do século XVII, com a chegada dos portugueses na região, em 1616, e se estenderia até meados do século XVIII, quando se inicia a Regência de D. José I em Portugal, em 1750 e, com ela, o governo do Marquês de Pombal no império colonial e a fundação, por ele planejada e efetivada em 1755, da Companhia Geral do Grão-Pará e do Maranhão. Estes eventos teriam marcado o fim da primeira fase, o “ciclo das drogas do sertão”, e o início de um “ciclo agrícola”, que se afirmaria por força da atuação da Companhia orientada à superação do extrativismo, à qual, para tanto, se teria concedido o monopólio regional do comércio de exportação e importação por praticamente $\frac{1}{4}$ de século, de 1755 a 1777. A afirmação que se observa, a partir de meados do século XIX, da economia do *latex* derivado da *hevea brasiliensis*, teria posto um fim nesse desenvolvimento de base agrícola, estabelecendo um novo intercurso historicamente relevante, o “ciclo da borracha”, o qual teria tido seu brusco fim com a maturidade dos seringais asiáticos, aí por volta de 1912. Com o fim da economia centrada na extração do “ouro negro”, um longo e perturbador silêncio – eis que, parece, a história madorna – até os estrondosos eventos de meados do século XX, iniciados com o reavivar do seringais pelos *Acordos de Washington*, em 1942, com a *Constituição de 1946* e suas implicações regionais, o *Plano de Valorização da Amazônia* e sua superintendência, a SPVEA, em 1953, e com a *Operação Amazônia* do primeiro governo militar, em 1966.

O emprego generalizado do conceito de ciclo para a periodização da história colonial brasileira foi criticado duramente por Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (1981). Nos seus termos:

“(…) a ideia de que um produto possa estruturar toda a economia não parece comprovada nem por aqueles historiadores que acreditam no poder organizador

do Produto-rei. No fundo, o que permanece é a concepção de que os vínculos comerciais de um produto com o mercado mundial são suficientes para dotá-los de certa magia que se irradia por todos os demais setores da economia colonial, dando-lhe um sentido inequívoco; é incapaz de perceber que o sentido é dado a posteriori pelo historiador que relaciona, organiza, seleciona e expõe o seu material histórico. Entretanto, tal concepção só tem favorecido uma visão compartimentada e estanque da história, como uma projeção de diapositivos: sai o pau-brasil, entra o açúcar e assim por diante” (Linhares e Silva: 1981: 113).

As insuficiências do método se revelam, para os autores, tanto em relação à diacronia, pois a sucessão das fases não se deixa precisar com exatidão, quanto à sincronia dos eventos relevantes, eis que a magnificação do que ocorre em torno do “produto-rei” obscurece outras atividades, as quais, ou são pouco apreciadas ou, mesmo, desconsideradas, embora não só tenham existido, como muitas vezes representado papéis não desprezíveis nas estruturas socioeconômicas que caracterizam um período.

Para Linhares e Teixeira da Silva, o exemplo mais claro constitui a não consideração da pequena produção familiar, camponesa, no chamado ciclo do açúcar no nordeste brasileiro e em outras fases do período colonial. Com efeito, a importância de estruturas camponesas no Brasil colonial vem se explicitando desde então na razão direta da consideração pelos historiadores das necessidades internas da colônia, da averiguação de como são atendidas em diferentes momentos, de alta, de baixa, de normalidade, ápices e crises do empreendimento colonial – a referência mais precisamente registrada na documentação histórica. Segue-se, a par disso, a revelação de uma diversidade estrutural crescente, associada a flexibilidade na divisão social do trabalho que se expressa no interior das estruturas dominantes e fora delas, em estruturas territorializadas que dão novos sentidos a processos e lugares intensamente focados pela visão de ciclo e iluminam áreas por ela deixadas literalmente turvas da história do País. Este livro trata da história econômica da Amazônia, uma dessas territorialidades recônditas, desde as primeiras fases do período colonial até meados do século passado, retomando discussão iniciada na primeira parte de nosso trabalho anterior *Amazonien – Bauern, Märkte und Kapitalakkumulation: Entstehung und Entwicklung der Strukturen kleinbäuerlicher Produktion im brasilianischen Amazonasgebiet* (Amazônia – Camponeses, mercados e acumulação de capital: origem e desenvolvimento de estruturas camponesas na Amazônia brasileira), nossa tese de doutorado defendida no departamento de economia da Frei Universität-Berlin e publicada pela Breitenbach-Verlag, em 1989.

Alertados pela crítica de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira, já mencionada, e ilustrados pelos trabalhos de Celso Furtado, Ciro Flamarion Cardoso, Roberto de Araújo Santos e João Pacheco de Oliveira Filho, partíamos naquela ocasião de uma questão central, a saber: em que medida, e até quando, seria possível falar de alternância de ciclos extrativos e agrícolas na Amazônia?

Quatro conjuntos de elementos nos provocavam a refletir:

Observando com cuidado os dados disponíveis verificávamos que o chamado ciclo agrícola englobando as culturas do café, arroz e algodão fora surto de natureza passageira, que perdeu força já no segundo quartel do século XIX, embora a produção de borracha fosse, então, ainda, insignificante. Naquele momento o café já não constava mais da pauta de exportações, a exportação de algodão se reduzira a um terço do nível máximo atingido em 1800 e a do arroz refluía ao nível de 1777 (Costa, 1989: 24-28). Aliás, a exportação do café só se tornara possível graças à Lei Real de 12 de junho de 1743, a qual proibia em Portugal a importação de café de procedência asiática em defesa da produção amazônica. Com o fim do período colonial ruíram as bases de sua exportação. O crescimento relativamente modesto das exportações de algodão e arroz quando comparado com o das exportações do Maranhão, por sua vez, deveu-se aos efeitos do movimento norte-americano pela independência somados à crescente procura por parte da indústria têxtil inglesa, um dos *drivers* da revolução industrial então em curso, sobre os preços internacionais desses produtos. Já no início do século XIX, e marcadamente nos anos 30, caem os preços do algodão do patamar extremamente elevado que alcançaram e, com isso, estreitaram-se os limites de participação da Amazônia no comércio internacional desse produto (Furtado, 1976). No caso do arroz, a queda dos preços teve causa no considerável aumento da produtividade norte-americana do estado da Virgínia, com a qual a produção amazônica não mais pôde competir (Santos, 1980).

Por outro lado, mostrava-se a nós igualmente curioso o fato de que o montante das exportações de outros produtos de origem florestal, que não a borracha, cresceu significativamente durante a época de ouro da borracha, com exceção de mercadorias secundárias – a salsa, o urucum e a piaçava, cujas exportações somavam em 1848 não mais que 3% da exportação total. Entre 1848 e 1892, a produção de mercadorias tradicionais da região cresceu notavelmente, como a do cacau, que duplicou, e a de pele de animais, que multiplicou por três. Nesse período surgem e se desenvolvem rapidamente a castanha do Pará e o guaraná (Costa, 1989; baseado nas estatísticas organizadas por Albuquerque, 1893).

Ademais, constatávamos que a agricultura sofrera impulso considerável ao longo do “ciclo da borracha”, tanto que, em 1892, produzia-se o dobro da quantidade de açúcar e tabaco relativamente ao ano de 1848 (Costa, 1989).

Por fim, verificávamos que a derrocada dos preços da borracha no mercado internacional devido ao cultivo de seringueiras no extremo oriente e o conseqüente término do “ciclo da borracha”, não significaram o fim da economia da borracha regional. A borracha permaneceu ainda por longo tempo como um dos principais produtos de exportação e sua produção jamais baixou além do nível de 1900, embora seus preços representassem na década de quarenta não mais que uma pequena fração dos níveis atingidos no início do século.

Tais resultados justificavam assumir a hipótese desafiadora de que marca a história da Amazônia até meados do século XX, antes, a invariância do domínio do extrativismo nas relações da Região com a economia-mundo do que movimentos de sua contestação por

commodities agrícolas. Considerada essa possibilidade indagávamos, já naquele trabalho, sobre que fundamentos estruturais estiveram subjacentes a isso, sejam aqueles associados às *relações técnicas* que articulam trabalho e natureza, neste caso, aquela natureza originária associada ao bioma amazônico e seus ecossistemas, sobre os quais discorreremos no Anexo I, sejam os ligados às *relações sociais imediatas*, operadas no processo produtivo, ou *mediatas*, operadas no plano das trocas possibilitadas por um mercado de expressão mundial; perguntávamos, também, se tais fundamentos mudavam com a ênfase maior ou menor em produtos ou grupos de produtos extrativos diferentes.

As questões adicionais que a partir daí nos propusemos foram:

Se o fundamental da organização social naquilo que a conecta com a economia-mundo está no extrativismo, o que distingue o “ciclo das drogas do sertão” do “ciclo da borracha” e, ainda, o pós-“ciclo da borracha”? Por outra parte, se a agricultura esteve presente todo o tempo, quais papéis desempenhou e em que condições?

No trabalho de 1989 exploramos uma grande hipótese, a de que, como parte de uma economia-mundo, a história da Amazônia sob o capitalismo é marcada pela história da constituição e desenvolvimento das estruturas sociais necessárias para a transformação fluente dos *valores de uso* disponibilizados pelo bioma amazônico e seus ecossistemas em mercadorias, cujos valores de mercado serão determinados pelas tensas relações entre demanda associada ao mercado mundial, crescente e volátil, eis que comandada pelo poder de compra orientado ao consumo dos operadores dos setores urbanos, capitalistas e trabalhadores, e por necessidades industriais pautadas por acumulação capitalista, e oferta condicionada pelos limites absolutos impostos pelo monopólio da natureza originária e pela relativa capacidade de mobilização de trabalhadores aptos a lidar com esse fundamento de última instância. (Costa, 1989: 24-29).

Neste livro trabalharemos com a mesma percepção para o período que cobre o século XVIII e vai até os anos setenta do século XX, quando tem início um momento da história da Amazônia no qual uma formação agropecuária ganha poder de determinação crescente na formação econômico-social da Região num contexto em que suas relações com a economia-mundo inclui crescentemente o Brasil (ver nesta coleção, Costa, 2012c). Entretanto, procuraremos superar aqui uma carência do trabalho de 1989 no trato do mesmo período.

Se, de um lado, aquela pesquisa conseguiu demonstrar, no plano de análise mais concreta, que os “ciclos” representavam descontinuidades e invariâncias compreensíveis no quadro de uma diversidade estrutural que se formava por alternativas de superação de obstáculos à acumulação de capital, no plano da síntese, ele opera com a noção por demais mediata (abstrata) de “padrões de acumulação” referidos ao plano *macro* do capitalismo mundial. Assim, supõe que “padrões de acumulação” na economia-mundo sob o capitalismo tencionam, a seus modos, mercantil, na fase colonial das drogas do sertão, industrial, na fase da economia da borracha, as realidades locais e disso resultam estruturações cujos movimentos e evolução fazem a história regional. Faltam no trabalho – e aqui procuraremos

avançar em relação a isso – perspectivas orientadas por sínteses intermediárias, que pudessem refletir *padrões locais*, de acumulação de capital, por suposto, mas não apenas: padrões de reprodução social em nível regional que, de um lado, articulem necessidades de acumulação capitalista em plano mundial com expectativas de ganhos locais e com o consumo do conjunto da população; de outro, sejam comparáveis na diacronia da história regional (padrões reprodutivos de diferentes períodos da história colonial possam ser contrastados entre si e com padrões que vigorarão em momentos posteriores) e na sincronia da inserção dessa história numa história do Brasil (o que distingue a Amazônia, comparativamente às demais regiões do país, em um mesmo momento da formação econômico-social brasileira).

O livro tem três capítulos, além desta introdução, que tratam de três períodos da história da região. O capítulo 2 inicia com a consolidação no último quartel do século XVII das estruturas que caracterizam um projeto colonial pautado por acumulação mercantil-capitalista, fundamentado em sistema de compulsão da força de trabalho indígena e trata a crise que se abate sobre ele no segundo quartel do século XVIII. A partir daí, esmiúça a constituição já no terceiro quartel do século XVIII de um campesinato de características peculiares, eis que baseado em relações técnicas nas quais o objeto do trabalho era o bioma amazônico operante e seus ecossistemas, a par com elos mercantis novos.

O campesinato constituído no século XVIII forma o fundamento econômico por excelência na primeira metade do século XIX e, nessa condição, a) baseia, sozinho e em expansão, uma primeira fase da economia da borracha; b) não sucumbe na segunda fase onde ganha proeminência o seringal administrado por agentes do capital mercantil, ao contrário, concorre com essa estruturação, em um *padrão de concorrência* que se estenderá até sua crise, no primeiro quartel do século XX e c) o seringal do auge é uma estrutura de compulsão de força de trabalho – o centro de um novo *regime institucional* – que domina, com suas características e resultados, o período. A isto se dedicará o capítulo 3.

Com a derrocada dos seringais do auge, se expandirá o campesinato extrativo, refazendo a geografia e a sociologia de sua presença: para além das antigas economias ribeirinhas conformadas por miscigenação entre portugueses e índios ainda no século XVIII nos médios e baixos cursos e nos estuários dos grandes rios, formam-se campesinatos baseados em famílias de migrantes de outras áreas do Brasil, principalmente nordestinos, agora liberados dos seringais tal como se constituíram no período de auge da economia da borracha nos altos cursos desses rios e em torno de afluentes remotos nos atuais estados do Acre e de Rondônia e no Pará. Parte da mesma diáspora formam-se os primeiros campesinatos agrícolas em complexo processo de reestruturação da economia regional, do que fazem parte experimentos agrícolas empresariais importantes, que caracterizam o período que vai do fim da economia da borracha até meados do século XX. Este momento crucial, porém pouco estudado da história da Amazônia é o objeto do capítulo 4. Por fim teceremos considerações finais de que fazem parte esforços de sínteses no que se refere às características dos regimes de crescimento de cada um dos períodos tratados.

2. A AMAZÔNIA COLONIAL E SUA ECONOMIA (1720-1822)

2.1. Introdução

Tem-se organizado a história colonial amazônica por ciclos, a partir da suposição de que se trata de uma realidade moldada pela oposição entre dois projetos coloniais igualmente possíveis – o agrícola e o extrativo, dependendo da disponibilidade de capital a ser aplicado no principal meio de produção, o escravo negro. Nessa perspectiva:

Um longo período de escassez de recursos teria conformado o *ciclo da economia extrativa* na Região¹, substituído por um *ciclo agrícola* favorecido pela relativa abundância de capitais do período pombalino. Alimentado adiante por conjunturas do mercado mundial, sobretudo as ligadas à Guerra da Independência Americana, tal movimento só encontraria limitação fundamental na emergência do *novo ciclo extrativo* centrado na borracha (Dias, 1970; Reis, 1944; Tocantins, 1960).

A via de realização do projeto colonial dominada pela economia extrativa é vista como solução inferior, à qual corresponderiam situações marcadas pela escravização indígena e por pobreza estrutural. Para Sodré “as regiões vicentina e maranhense” se igualavam nessas condições “...peculiares a todas as zonas coloniais onde não ocorreu o investimento do capital comercial europeu, zonas pobres, de crescimento vegetativo” (Sodré, 1987: 129).

Diferentemente do Maranhão, contudo, onde os fundamentos se alternaram ao sabor do grau de riqueza propiciado pelos produtos agrícolas exportados, na Amazônia a coleta florestal ganhou peso definitivo, posto que as aptidões da região para a atividade agrícola se mostraram limitadas (Sodré, op. cit.: 115-116). Prado Jr. aduz o julgamento de que daí “... não deu mais que uns miseráveis produtos de expressão comercial mínima e em quantidades restritas”, resultado de “formas de atividades” com tal grau de “instabilidade e incerteza” que “...fazem da colonização amazonense muito mais uma aventura que a constituição de uma sociedade estável e organizada” Prado Jr. (1987:74-75).

Na Amazônia, sobre a noção de *pobreza relativa* a variar com os ciclos – se com mais trabalho escravo africano, mais produção agrícola de alta rentabilidade, mais pujança; se com mais trabalho indígena, mais produção extrativa ou produção agrícola de baixa rentabilidade –, prevaleceria um *estado absoluto de carência e miséria*, cujos ensaios de superação não constituíram mais que surtos, sem consequência maior. É que, enuncia Prado Jr: “... não foi possível ampliar as bases desta produção e dar-lhes pela agricultura mais estabilidade.” (Prado Jr., cit.:75).

¹ Quando nos referimos aqui a Amazônia, temos em mente as informações e análises relativas ao componente do Pará na Colônia do Grão-Pará e do Maranhão.

Ciclos de produto e movimento estrutural – a crítica de Ciro Cardoso

Contrariando tal perspectiva, Cardoso argumenta com sistematicidade duradoura na configuração dos elementos coloniais da Amazônia, indicando a prevalência de um “sistema econômico”, prevaemente por um século, entre 1650 e 1750, dominado pelas “drogas do sertão” e com um setor agrícola subsidiário; e outro que se afirma a partir de 1750, de cuja configuração fazia parte um setor dominante com dois subsectores, um ascendente constituído pela agricultura baseada em escravos negros e força de trabalho livre e outro decadente baseado em coleta dependente do sistema de repartição da força de trabalho indígena. Subsidiário seria um *campesinato* (ver Box 2.1-1) *agrícola*,

“...heteróclito como no passado (pequenos proprietários ou posseiros livres, brancos, mestiços ou índios; e as atividades autônomas consentidas aos escravos negros nas fazendas), e que teve importante extensão” (Cardoso, op. cit.:197).

Desse modo, o que se apresentava antes como “ciclo agrícola” resultaria de um movimento de passagem de um “sistema” ao outro, evolução que se esclareceria apenas em parte pela introdução de capitais exógenos materializados em escravos negros e outros instrumentos de trabalho carregados pela gestão pombalina. Para Cardoso, a transição decorreu também da acumulação interna realizada entre 1650 e 1750, do esgotamento do primeiro sistema pelo desvirtuamento das missões e pelo esgotamento do manancial de trabalho indígena, este último fator agravado pela chegada da colonização portuguesa à região do Rio Negro, de onde provinham muitos escravos “resgatados” e de inovações institucionais que permitiram a formação de um numeroso setor camponês (Cardoso, op. cit.:198).

Não obstante a crítica à historiografia clássica e as possibilidades metodológicas que, a partir disso, oferece, Cardoso comparte a visão da Colônia do Grão-Pará como “pobre”, ilustrativa dos “...fracassos relativos que podem vir a ser tão instrutivos quanto os grandes êxitos coloniais...”. E aceita, igualmente, que o estado de pobreza que a caracterizaria se deve à dominância do extrativismo, em concorrência real com a agricultura em torno da força de trabalho (Cardoso, 1984:118). Acresce, aliás, baseado em Alexandre Rodrigues Ferreira, um problema adicional da produção de coleta: “... a multiplicidade de gêneros de exportação indicava, de fato, uma debilidade estrutural da economia colonial [do Pará], e não o contrário”. (Cardoso, op. cit.: 126).

Box 2.1-1 – Camponeses e campesinatos

Camponesas são aquelas famílias que tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos – suas necessidades imediatas de consumo e o encaminhamento de projetos que permitam cumprir adequadamente um ciclo de vida da família – a partir da produção rural desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação (Costa, 2012a)

Unidades camponesas são estruturas produtivas que se orientam pela finalidade comum da reprodução dos respectivos grupos familiares em perspectiva que incorpora consistência entre gerações – a geração operante se vê parte constitutiva das realizações de seus ascendentes e descendentes. Validam essa natureza essencial, entretanto, em combinações individualizadas de capacidades privadas, condicionadas por possibilidades e restrições das realidades locais que findam por definir sua forma de existência. Nessa condição concreta constituem um campesinato.

As famílias camponesas existem em territórios, isto é, no contexto de relações sociais que se expressam nas regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais – capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis – de um dado espaço geográfico politicamente delimitado.

Dada a historicidade dos territórios – os países e regiões mudam seus modos de produção e, nesses, distintos regimes e padrões de regulação alteram regras fundamentais das relações entre os homens, entre eles e o Estado, entre eles e as capacidades ancestrais acumuladas, entre eles e os elementos da natureza –, mudam também as formas de existência dos camponeses que neles habitam – seus campesinatos. Dada a territorialidade da história – a cada momento há distintas formações sociais, países e regiões com diferentes modos de produção e diferentes regimes de acumulação, países e regiões com mesmo regime em graus distintos de desenvolvimento, com diversidades ampliadas pelas distinções internas, de natureza e de cultura –, períodos historicamente relevantes são marcados, também, por terem como contemporâneas formas muito distintas de campesinatos (Costa e Carvalho, 2012).

A polaridade “Riqueza” X “Pobreza”, a divisão social do trabalho colonial e distribuição de seus frutos

A análise do período colonial no Brasil está recheada dessa oposição “riqueza” versus “pobreza”. Milena Maranhão analisa o caso emblemático da recorrente distinção entre a “pobreza de São Paulo” e a “riqueza de Pernambuco”, concluindo pela necessidade de qualificar as ideias envolvidas, matizando-as quando aplicadas a atividades econômicas de localidades que devem ser compreendidas segundo sua importância e seu papel característicos na América:

“... acreditamos que é necessário compreender a sociedade colonial repensando conceitos muitas vezes excessivamente rígidos, tais como aqueles relacionados

ao sentido estrito de ‘pobreza’, ‘riqueza’, ‘economia de subsistência’ e ‘economia exportadora’” (Maranhão, 2006:13).

Com efeito, ideias de pobreza e riqueza são construídas de modo relacional, confrontando realidade com expectativas ou comparando escalas. Quando se refere à “miséria dos resultados” da colônia amazônica, como acima comentado, Prado Jr., refere-se ao “...frisante contraste entre o que apresentam e o que deles esperava a *imaginação* escaldante do branco europeu em contato com os trópicos” (Prado Jr., op. cit.: 75). Para Cardoso, “Subpovoamento e pobreza formavam um círculo vicioso... [tornando a]...posição do Pará nas exportações da América Portuguesa (...) ainda em 1796, bastante modesta” (Cardoso, op. cit.: 116 e Quadro 1 da p. 133). Infere-se pobreza, nesse caso, do valor absoluto das exportações da colônia pobre, o Pará (R\$ 257:241\$327), comparativamente às colônias ricas, Salvador, Recife e Maranhão (respectivamente, R\$ 2.582:839\$510, 1.255:598\$365 e 956:513\$800) e ao total de todas as colônias (R\$ 5.806:403\$382).

No primeiro caso, a “pobreza” qualifica uma situação marcada por esperança contrafeita, posto que referida à escala subjetiva contrariada pela modéstia da dimensão real alcançada pela operação do objeto qualificado; no segundo, ela é expressão da modéstia da escala objetiva do objeto qualificado diante das escalas alcançadas por aparatos pressupostos semelhantes, cujas dimensões seriam objetivamente alcançáveis.

Ocorre que tais relações não são suficientes para estabelecer um sentido propriamente econômico e sistêmico das grandezas a que se referem, posto que nada expressam sobre seus fundamentos: não se reportam aos fatores materiais e humanos, nem às condições da divisão social do trabalho que, num plano global, articula sistema colonial e mercado mundial, cada vez mais sob a égide do capitalismo industrial. Num plano local, articula “produção de subsistência” com “produção de exportação” na reprodução das colônias. Se fornecem alguma indicação sobre a eficiência da parte (a colônia) no anseio primordial do empreendimento mercantil colonial como um todo, de maximizar receita, tais relações fornecem poucos elementos para julgar a eficácia dos processos subjacentes a tal anseio, seja na ótica reprodutiva do sistema, seja na perspectiva das estratégias operadas em cada uma das suas partes.

Adiante confrontamos tais perspectivas indagando, tendo a referência do sistema colonial como um todo, sobre o poder de compra das exportações derivadas da colônia do Grão-Pará no mercado mundial – do que representam para que se internalizem capacidades e habilidades reprodutivas. Observando a parte, a colônia propriamente, importam questões de escala e de eficiência que, não obstante ligadas ao movimento global, são determinadas pelas condições locais de operação do projeto colonial. Assumem extraordinário relevo as diferentes características e os diferentes graus de endogeneidade dos fundamentos, bem como as escalas com que opera o subsistema em questão, a relação entre escala (tamanho) e eficiência (capacidade) e a correspondência dessa eficiência (local) com a eficácia (global) – do que faz parte uma comparação entre as oportunidades aqui oferecidas para os controladores do sistema e outras oportunidades do sistema colonial.

Séries históricas e fundamentos analíticos

Para a comparação entre os subperíodos, recorreremos a séries históricas obtidas para o período de 1720 a 1822, cujas fontes e metodologias de interpolação estão apresentadas no Anexo III, na Tabela A-III.1. Com tais dados, verificaram-se as relações econômicas expressas adiante nas equações 1 a 8, para cada período. As equações mencionadas decompõem a expressão mais macro do sistema colonial, aquela que representa a totalidade dos rendimentos obtidos desde a exploração do aparato produtivo que lhe corresponde até sua realização no mercado mundial, em suas determinantes de rentabilidade e produtividade.

Se designarmos a produção física do Grão-Pará colonial como XT, seu fundamento de recursos humanos (trabalho e gestão) por P, a sua dimensão macro teremos uma expressão em Y\$, tal que:

$$Y\$ = (Y\$/X\$).(X\$/P).P \quad (1)$$

$$(Y\$/P) = (Y\$/X\$).(X\$/P) \quad (2)$$

$$(X\$/P) = (X\$/XT).(XT/P) \quad (3)$$

onde Y\$ é o *Valor Bruto da Produção da Colônia no Mercado Mundial* (VBPM = XT a preços vigentes do mercado mundial) e X\$, o *Valor da Produção Exportada na Colônia* (VBPC = XT a preços de exportação de Belém para a Metrópole). A equação (1) diz que a expansão dessa economia, como parte de uma economia-mundo, depende da extensão do fator humano passível de incorporação pelo projeto colonial, P, das condições internas que determinam a rentabilidade na aplicação desses recursos humanos na Colônia ($x\$ = X\$/XT$) e das condições externas à Colônia que determinam a capacidade de formação de valor adicionado a partir da Metrópole ($m = Y\$/X\$ = XT.y\$/XT.x\$ = y\$/x\$$, para y\$ e x\$ sendo, respectivamente, os preços no mercado mundial e os preços na Colônia).

Poderíamos em primeiro plano afirmar que a eficiência será correlata ao resultado da aplicação de cada unidade de recurso humano na Colônia ($y\$ = Y\$/P$), como se lê na equação (2). Por fim, a equação (3) estabelece que as condições internas resultam da produtividade física ($xt=XT/P$) e do preço da produção exportada da Colônia ($x\$=X\$/XT$).

Uma leitura dinâmica seria a de que a expansão do sistema

$$\Delta Y\$ = \Delta m + \Delta x\$ + \Delta P \quad (4)$$

será tanto mais rápida quanto maior o crescimento da sua produtividade monetária

$$\Delta y\$ = \Delta m + \Delta x\$ \quad (5),$$

que, por sua vez, depende das variações observadas nas condições externas e internas de operação de seus fundamentos transacionais e produtivos, respectivamente,

$$\Delta m = \Delta y\$ - \Delta x\$ \quad (6)$$

$$\Delta x\$ = \Delta x_t + \Delta x\$ \quad (7).$$

As taxas Δ encontradas por regressão linear da transformação logarítmica de cada variável tomada individualmente, em relação ao tempo, constam da Tabela 2.1-1 e cumprem as condições das equações a diferenças (4) a (7).

Tal dinâmica é avaliada de modos distintos por três diferentes grupos de protagonista: 1) Os agentes econômicos que, na Metrópole, gerem o processo de transformação, pelo comércio ou pela indústria, de XT em Y\$; 2) os agentes que, na Colônia, gerem os fundamentos da produção de XT, e 3) os agentes que garantem os rendimentos do Estado colonial.

Para os agentes na Metrópole, XT chega como um custo $X\$ = XT.x\$$, definido por $x\$$ – preço pago na Colônia aos agentes lá assentados – e lhes escapa como uma receita $Y\$ = XT.y\$$, definida por $y\$$ – preço pago no mercado mundial pelos produtos da Colônia. Esses agentes observam o mundo pela relação m já acima discutida, a relação que representa a formação de valor adicionado (m), na Metrópole, onde se inclui lucro mercantil, processamento industrial, receitas de serviços, como transporte, salários e rendimentos diversos. Expressando em $y\$$ o grau de monopólio da Metrópole no mercado mundial e em $x\$$ o grau de monopólio na Colônia, $m (=Y\$/X\$ = y\$.XT/x\$.XT = y\$/x\$)$ indica, por outra parte, a massa de valor, cujo acesso justifica o empreendimento colonial à luz de seus gestores.

Importa, afinal, aos agentes do primeiro tipo sua participação no valor dado por $M\$ = Y\$ - X\$$. Os agentes do Estado imputam tributos i sobre XT em montante $i\$.XT=I\$$ aos agentes privados na Colônia² associados à obtenção dos produtos para exportação. Estes últimos se compõem com os agentes que lhes fornecem insumos intermediários para ensacamento e outras necessidades na apropriação de $C\$ = X\$ - I\$$, de modo que o resultado do empreendimento colonial se comparte nas parcelas:

$$Y\$ = M\$ + C\$ + I\$ \quad (8)$$

distribuídas, respectivamente, pelos agentes na Metrópole, agentes na Colônia ligados à produção para exportação e pelos agentes do Estado. Tal partição apresenta um potencial de conflito, de um lado em torno de $x\$$ entre os agentes que acessam C\$ com os que acessam M\$; de outro, sobretudo em torno de i , entre os primeiros e os agentes que acessam I\$. As taxas Δ que se encontram na Tabela 2.1-1, de variação das parcelas de (8), expressam o nível desse potencial e, ponderadas pela respectiva participação relativa, somam $\Delta Y\$$. De maneira que, quando a taxa de variação de uma parcela é maior que a taxa de variação do total, sua participação relativa cresce, e, quando menor, diminui no período tratado.

2 Alden (1974) apresenta no Apêndice III as fórmulas de cálculo de impostos sobre cacau e sobre outras “drogas do sertão”, como o cravo. Para o cacau, 410 réis/arroba; para o cravo, 620 réis/arroba. Custos de embalagem do cacau, 100 réis/arroba; para o cravo, 200 réis/cesto.

O capítulo tem três subcapítulos. No subcapítulo 2.2 se discutirão as características do período colonial entre 1700 e 1822 no que se refere à dinâmica de longo prazo e seus fundamentos; no subcapítulo 2.3 discutiremos os períodos pré-pombalinos – o período das missões e preações na seção 2.3.1, e o período dos aldeamentos na seção 2.3.2; no subcapítulo 2.4, analisaremos o período da gestão pombalina, no 2.5 seus momento finais e, no 2.6, os períodos pós-Pombal – o que vai do fechamento dos Diretórios até o fim do período colonial, 1822.

Tabela 2.1-1– Taxas de evolução das principais variáveis da economia colonial do Grão-Pará

Variáveis	1720 a 1822	Subperíodos			
		1720 a 1755	1756 a 1777	1778 a 1798	1799 a 1822
Valor Bruto da Produção no Mercado Mundial (Y\$)	3,29%	6,33%	1,54%	3,77%	-2,19%
Preços no Mercado Mundial (y\$)	0,79%	1,02%	-1,41%	2,54%	-3,97%
Produtividade Física <i>per capita</i> (xt)	0,76%	4,21%	0,78%	-0,87%	0,75%
População sob Controle do Sistema (P)	1,71%	1,01%	2,19%	2,08%	1,10%
Preços na Colônia (x\$)	0,33%	-1,18%	-1,51%	1,96%	-1,36%
Valor Bruto da Produção na Colônia (X\$)	2,83%	4,02%	1,44%	3,18%	0,47%
Total da Produção em Toneladas (XT)	2,48%	5,26%	2,99%	1,20%	1,86%
Multiplicador ($m = Y$/X$ = y$/x$)$	0,45%	2,22%	0,10%	0,57%	-2,65%
Y\$ <i>per capita</i> ($y = Y$/P$)	1,55%	5,26%	-0,64%	1,65%	-3,25%
X\$ <i>per capita</i> ($x = X$/P$)	1,10%	2,98%	-0,74%	1,07%	-0,62%
Valor Adicionado na Metrópole (M\$, agentes na Metrópole)	4,19%	10,57%	1,66%	4,12%	-5,09%
Valor Retido Agentes da Colônia (C\$, agentes na Colônia)	2,81%	3,33%	0,82%	3,86%	0,11%
Valor Retido como Impostos (I\$, impostos e gratificações, etc.)	2,91%	8,19%	2,85%	1,19%	1,82%
Valor da Produção Agrícola (Ag\$)	5,20%	8,99%	1,23%	7,11%	1,80%
Valor da Produção Extrativista (Ext\$)	2,27%	3,23%	1,44%	1,35%	-0,40%
Quantidade da Produção Agrícola (AgT)	4,12%	7,80%	6,71%	2,19%	3,41%
Quantidade da Produção Extrativista (ExtT)	1,74%	4,55%	1,49%	0,32%	0,58%
Preços Agrícolas (AgP\$)	1,05%	1,10%	-5,14%	4,81%	-1,56%
Preço dos Extrativos (Exp\$)	0,52%	-1,26%	-0,05%	1,03%	-0,98%

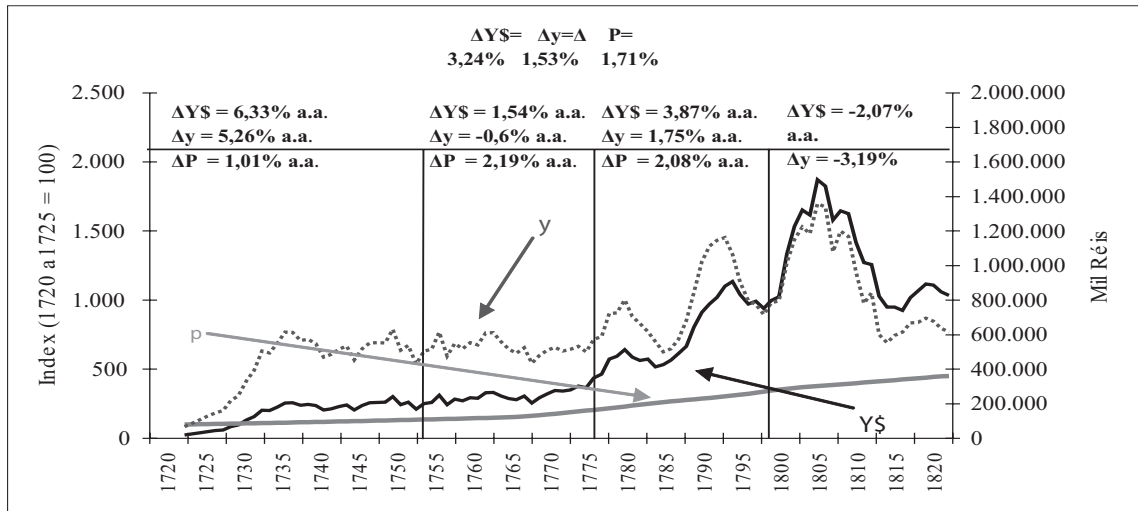
Fonte: Tabela A-III.1. Nota metodológica: As taxas foram encontradas por regressão linear da transformação logarítmica de cada variável tomada individualmente, em relação ao tempo. Para Y\$, por exemplo, dado que $Y_{t+1} = Y_t(1+\Delta Y)$ t e, portanto, $\ln(Y_{t+1}) = \ln(Y_t) + \ln(1+\Delta Y).t$, a taxa ΔY é o antilogaritmo do coeficiente linear da regressão de $\ln(Y_{t+1})$, como variável dependente, em relação a t, a série de anos em questão, como variável independente, menos 1.

2.2. O ciclo longo da economia colonial do Grão-Pará

Um empreendimento colonial deve ser primeiramente observado na sua dimensão macro. É na totalidade dos rendimentos obtidos e distribuídos globalmente, derivados, porém, da exploração do aparato produtivo que lhe corresponde, que a colônia expressa seu sentido como particularidade de um todo maior: de um conjunto de empreendimentos coloniais contidos em um império e este numa economia-mundo.

De 1720 a 1822, o segundo século após a inauguração da colônia em 1616, a economia do Grão-Pará, do império colonial português, medida pelo VBPM cresceu a uma taxa média de 3,2% a.a. Assim, atingiu na fase final do período colonial dimensão 40 vezes maior que o modesto porte no qual se havia mantido por cem anos. A performance de Y\$ se explica pelo crescimento da população sob controle do sistema colonial à taxa de 1,7% a.a. e pelo incremento da eficiência na aplicação dessa população, y, a 1,5% a.a. (ver Gráfico 2.2-1).

Gráfico 2.2-1 – Evolução do Valor Bruto da Produção no Mercado Mundial (VBPM=Y\$), em \$000; Y\$ *per capita* (y), população da colônia (P), em números índices para 1720 a 1725 = 100, Médias móveis quinquenais.



Fonte: Ver Tabela A-III.1.

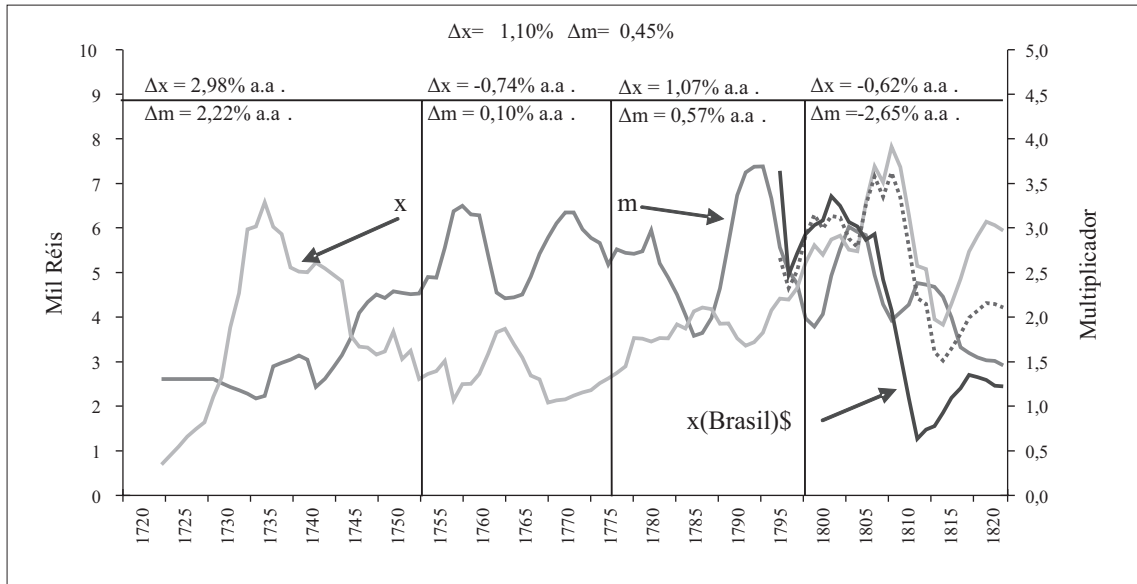
2.2.1. Os fundamentos da dinâmica – produtividade crescente

A performance de y se explica mais pela variação positiva nas condições internas da colônia expressas em x , o valor das exportações *per capita*, *proxy* da produtividade monetária da colônia, que cresce a 1,1% a.a., do que pelo crescimento a 0,4% a.a. do fator de formação de valor adicionado no mercado mundial (m) (ver Gráfico 2.2.1-1).

Na base da evolução positiva das condições internas representadas por x estão, principalmente, o crescimento da produtividade física da população sob controle do empreendimento colonial, xt , a 0,75% a.a. e, secundariamente, os preços internos, $x\$$, que evoluíram a 0,36% a.a. (ver Gráfico 2.2.1-2). Usando recursos de derivação parcial se enunciaria, em síntese, que 73% do desempenho global do empreendimento foi explicado pelo desempenho dos fatores internos à Colônia, o que, a sua vez, se explica em 68% pela a evolução da sua produtividade física.

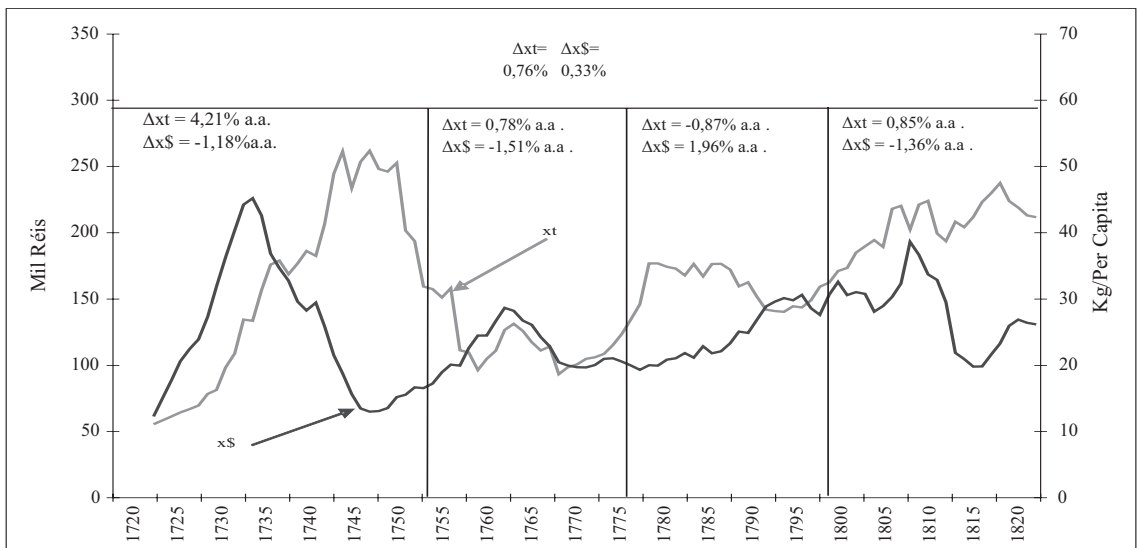
Por sua vez, comparando as taxas verificadas para o Grão-Pará entre 1720 e 1822 com as obtidas a partir das estimativas de Maddison (2009) para o mundo, Portugal e o Brasil, entre 1700 e 1820, revela-se que a taxa de crescimento de Y\$ (2,3%) é quádruplo da expansão do mundo e de Portugal no período. Por seu turno, as taxas de incremento de Y\$ e X\$ representaram 2,4 e 2 vezes a do crescimento do Brasil no mesmo período. Por outra parte, enquanto o PIB *per capita* crescia a 0,07% e 0,10% e 0,28% a.a. respectivamente no mundo, em Portugal e no Brasil, no Grão-Pará as exportações *per capita* cresciam, a preços do mercado mundial, a 1,6% e, a preços de Belém, a 1,1% (conf. Gráfico 2.2.1-3).

Gráfico 2.2.1-1. Evolução do Valor da Produção Exportada na Colônia (VBPC=X\$) *per capita* (x) na Amazônia e no Brasil em \$000 e multiplicador de VBPC na metrópole (m), de 1720 a 1822



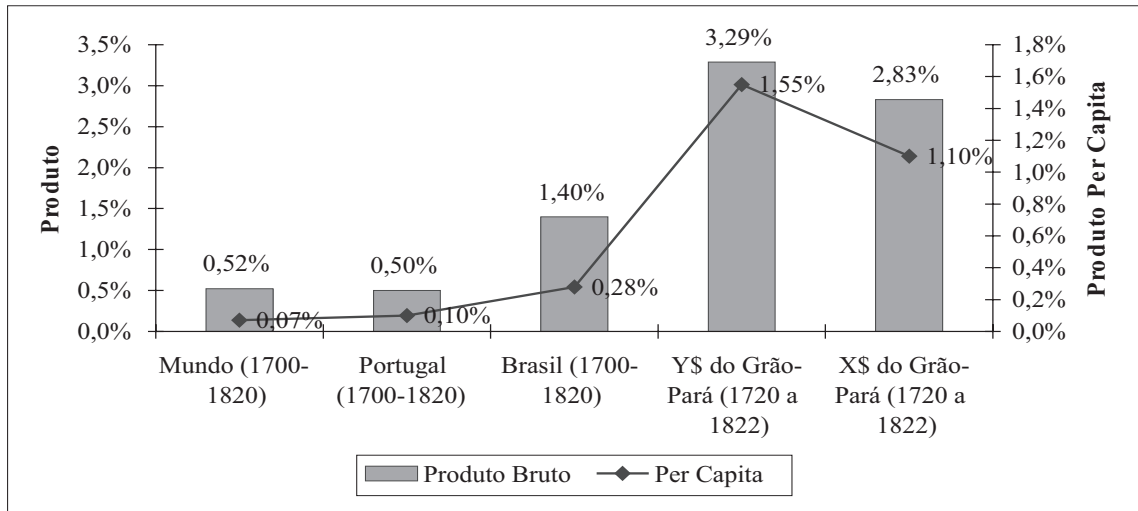
Fonte: Tabela A-III.1. Exportações do Brasil do período 1796 a 1918, a partir das séries produzidas por Roberto Simonsen (1978: 431). Séries demográficas para o Brasil do IBGE, 1990.

Gráfico 2.2.1-2 – Evolução da produtividade física (xt em kg *per capita*) e dos preços de exportação da Colônia (x\$ em \$000) de 1720 a 1822 (Médias móveis quinquenais)



Fonte: Tabela A-III.1.

Gráfico 2.2.1-3 – Comparação das taxas de crescimento do Valor da Exportação e Valor Bruto da Produção do Grão-Pará, total e *per capita* (1720 a 1822), com as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto do Mundo, de Portugal e do Brasil, total e *per capita* (1700 a 1820)



Fonte: Tabela A-III.1. Maddison, 2009.

2.2.2. A dinâmica da Colônia e seus diferentes protagonistas

Tal dinâmica é avaliada de modos distintos por três diferentes grupos de protagonistas: A) os agentes econômicos que, na metrópole gerem o processo de transformação, pelo comércio ou pela indústria, de XT em $Y\$$; B) os agentes que garantem os rendimentos do estado colonial e C) os agentes que, na colônia, gerem os fundamentos da produção de XT .

Para os agentes na metrópole (de tipo A), XT lhes chega como um custo $X\$ = XT.x\$$, definido por $x\$$ – preço pago na colônia aos agentes lá assentados (de tipo C) – e lhes escapa como uma receita $Y\$ = XT.y\$$. Esses agentes observam o mundo pela relação $m = y\$/x\$$, a relação que representa a formação de valor adicionado (m), na metrópole, onde se inclui lucro mercantil, processamento industrial, receitas de serviços, como transporte, salários e rendimentos diversos. Expressando em $y\$$ o grau de monopólio da metrópole no mercado mundial e em $x\$$ o grau de monopsonio na colônia, m indica em última instância, a massa de valor, cujo acesso justifica o empreendimento colonial à luz de seus gestores: importa, afinal, o montante $[(y\$/x\$/y\$/y\$)].Y\$,$ que se movimenta ao longo do tempo de tal modo que $\Delta m = \Delta y\$ - \Delta x\$.$ De modo que se espera constituir imperiosa, nas decisões políticas que envolvem o conjunto desses atores, a noção de que tal participação será máxima se $y\$$ for máximo e $x\$$ mínimo (ver Gráfico 2.2.2-1; ver também Tabela 2.2-1).

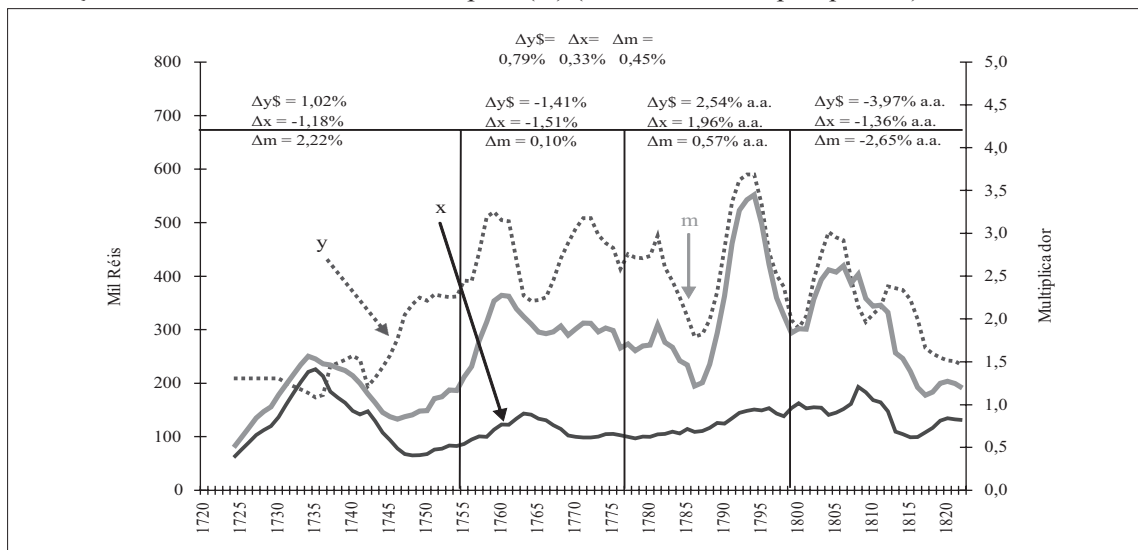
Os agentes do estado (de tipo B), imputam tributos i sobre XT em montante $i.XT$, parte dos custos de operação dos agentes de tipo C. Estes últimos observam o mundo pela relação $(x\$/c\$/c\$,$ onde $c\%$ é seu custo de operação na obtenção de XT , do que faz parte $i.XT$. Para eles em conjunto,

importa o montante $[(x\$-c\$)/y\$].Y\$, a forma objetiva como participam do empreendimento colonial. Dado que tal participação será máxima se $x\%$ for máximo e $c\%$ mínimo se estabelece, de um lado um conflito em torno de $x\%$ com os agentes de tipo A; de outro, em torno de i com os agentes de tipo B.$

Para todo o período, o conflito em torno de $x\%$ na colônia amazônica se refletiu em taxa de crescimento menor que os preços do resto do mundo, $y\%$, implicando a ampliação da taxa de valor adicionado (m) dos agentes da metrópole a 0,4% a.a. (Gráfico 2.2.2-1). Com isso, ampliam sistematicamente sua participação no empreendimento colonial a 0,9% a.a., em detrimento da participação do valor retido como imposto, a qual reduz a -0,3% a.a., e da participação dos agentes agrupados em C, que caiu a -0,4% a.a. (ver (Gráfico 2.2.2-2).

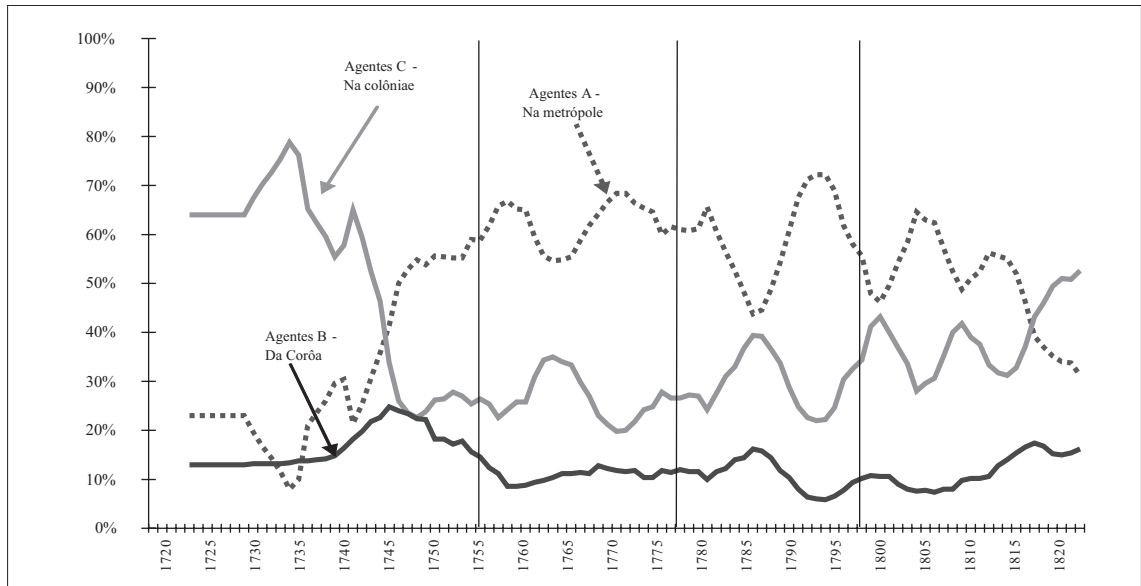
Enuncia-se, pois, primeiro, que no período colonial na Amazônia se construiu um sistema econômico com capacidade produtiva e produtividade crescentes, a par de estabilidade compatível com necessidades sistêmicas de reprodução de longo prazo. Segundo, que tal construção afirmou sistêmica, crescente, eficientemente, pois, necessidades reprodutivas de segmentos sociais específicos na sua constituição e gestão, levando a reposicionamentos de outros. O desafio que se coloca, agora, é compreender os fundamentos estruturais e institucionais que garantiram tal *performance* e o sentido propriamente histórico que tais edificações representam para a sociedade regional. Para tanto, é necessário reduzir os cortes temporais e examinar as diferenças marcantes que caracterizam cada um referentemente às variáveis macro já apresentadas, de elevado nível de abstração, e em outras variáveis mais concretas.

Gráfico 2.2.2-1 – Evolução das condições de participação dos agentes econômicos em $Y\%$ de 1720 a 1822: preço no mercado mundial ($y\%$), preço pago aos agentes da colônia ($x\%$) e taxa de formação de valor adicionado na metrópole (m) (Médias móveis quinquenais)



Fonte: Tabela A-III.1.

Gráfico 2.2.2-2 – Evolução da participação relativa dos diversos conjuntos de agentes fundamentais na economia colonial, 1720 a 1822: % de Y\$. Médias móveis quinzenais.



Fonte: Tabela A-III.1.

2.3. Dinâmica econômica, mudanças institucionais e evolução estrutural da economia colonial do Grão-Pará – do ideal agrário à realidade de uma economia baseada em extrativismo

Nossa atenção cobre cinco períodos da história colonial da Amazônia cujas características institucionais estão resumidas no Quadro 2.3-1:

- 1616 a 1686, um período que se caracteriza por anomia, com fraca regulamentação formal e fraca regulação sistêmica.
- 1687 a 1755, um período com forte regulamentação dos fundamentos produtivos, pela prevalência do Regimento das Missões, fraca regulamentação de comércio, forte regulação sistêmica.
- 1756 a 1777, um período com forte regulamentação dos fundamentos produtivos, dado a ascensão do Diretório dos Índios, e forte regulamentação no acesso à circulação, dado o monopólio da Companhia de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, fraca regulação sistêmica.
- 1778 a 1789, período ainda com forte regulamentação do acesso aos fundamentos produtivos, pela prevalência, não obstante em ocaso, do Diretório, fraca regulamentação dos meios de circulação e forte regulação sistêmica pela crescente força do mercado e correlata formação do capital mercantil local.

- 1790 a 1822, um período com fraca regulamentação e forte regulação sistêmica no processo produtivo em bases camponesas e na circulação dos produtos mediada por um capital mercantil local com grande capilaridade e mobilidade.

Quadro 2.3-1 – Características dos principais períodos da história colonial na Amazônia

	Base institucional de funcionamento				Fundamento
	Regulamentação formal e coerção		Regulação sistêmica: mercado e estruturas autorreguladas		
	Fundamentos Produtivos	Circulação da Produção	Fundamentos Produtivos	Circulação da Produção	
I – 1616 a 1686	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Missão X Preação
II – 1687 a 1755	Forte	Fraco	Fraco	Forte	Regulamento das missões e descimentos
III – 1756 a 1777	Forte	Forte	Fraco	Fraco	Diretório dos Índios em afirmação e Cia. de Comércio
IV – 1778 a 1789	Forte	Fraco	Fraco	Forte	Diretório dos Índios em decadência e capital mercantil
V -1790 a 1822	Fraco	Fraco	Forte	Forte	Campepinato e capital mercantil

2.3.1. Missão e Preação; Deus e Diabo – 1616 a 1686

Quando os portugueses chegaram à Amazônia, em 1616, buscavam tornar a região uma extensão da economia colonial de *plantation*, cujos pilares eram a mão-de-obra escrava africana e a produção especializada de mercadorias coloniais. O império colonial português havia acumulado reconhecida experiência nesse modelo, especialmente na produção do açúcar, primeiro, ainda no sec. XV, nas suas ilhas do Atlântico, em especial na Ilha da Madeira, e depois, no século seguinte, no nordeste brasileiro (Furtado, 1976:5-18) e pretendia estendê-lo até aqui. O específico das condições naturais que encontraram na Amazônia, entretanto, extrapolou os limites das técnicas agrônômicas já dominadas.

Com efeito, as pretensões de produzir os produtos consagrados sucumbem ante os experimentos iniciais que demonstraram a baixa produtividade da região para a agricultura do tipo praticada em outros pontos do império – em monoculturas de grandes extensões (Tocantins, 1960:60-65; Prado Jr., 1987:69). Relatos desse reconhecimento pontuam todo o período colonial.

A dificuldade da agricultura não inviabilizou a colônia do Grão-Pará, porque o específico do ecossistema amazônico mostrou sua outra face: a condição de produzir, nos seus processos originais, bens capazes de se tornarem mercadorias para o mercado mundial. A natureza originária da região, em sua singularidade e estranheza, ao tempo que limitou as possibilidades de obtenção de mercadorias agrícolas capazes de garantir lucro mercantil, regalou o colonizador com produtos “prontos”, carecendo apenas de serem recolhidos. Muitos desses produtos, logo se constatou, seriam equivalentes ou substitutos de especiarias para as quais já havia mercado consolidado na Europa, cujas rotas de comércio procedentes do oriente encontravam-se vedadas a Portugal.

Tratava-se de uma oportunidade, todavia, cujo aproveitamento forçaria uma revisão dos termos do projeto colonial amazônico. Esse difícil processo, em que experiências passadas

fracassam, mostram-se insuficientes, em que se debatem perspectivas teóricas e confrontam-se experimentos concorrentes em processos adaptativos, marca o primeiro século da colonização da região.

A passagem de um projeto agrícola – de um ideal de civilização de base agrícola – para uma prática sistemática e dominante do extrativismo de coleta, trouxe duas ordens de problemas.

Problemas decorrentes da redefinição do papel da agricultura, da condição de base de exportação para a de supridora de necessidades internas à colônia. Decorrem, daí, fortes restrições estruturais para a obtenção de meios de produção no mercado mundial, em particular do escravo negro (mercadoria cara, cuja obtenção requeria, necessariamente, meios de pagamento internacionais).

Problemas decorrentes da redefinição do trabalho índio no contexto de uma economia baseada no extrativismo de coleta. É necessário que se distinga extrativismo de coleta de extrativismo de aniquilamento. No extrativismo de aniquilamento, o trabalho do extrator “anula” as propriedades originais do ecossistema, tomando suas partes, seus componentes estruturais como *estoque* de matérias independentes e genéricas (a madeira, a raiz, etc.). Nesse caso, o ecossistema tornou-se objeto (do poder transformador) do trabalho do extrator. O extrativismo de coleta, ao contrário, supõe a preservação da natureza originária, dado que produtora, no exercício de suas funções reprodutivas, dos valores-de-uso que, como um *fluxo*, são colhidos por ação *imediate* do trabalho do extrator. Consequentemente, no extrativismo de coleta a efetividade do trabalho depende do conhecimento que se tenha dos fundamentos da produção dos bens em questão, ou seja, do conhecimento que garanta domínio (cognitivo) do processo produtivo da natureza originária. Tal conhecimento é fundamental para que se repitam os movimentos que fazem fluir, como processo social, dos mesmos pontos no espaço e no tempo próprio da natureza, a torrente – tanto mais caudalosa, tanto melhor – de produtos que afirmarão, no tempo do capital, o sistema mercantil. Aos agentes mercantis cabe a ação *mediata* de transformar sistematicamente essa produção contínua da natureza – que, nesse sentido, torna-se um capital em sua forma original – em mercadorias.

Tomadas em conjuntos, as questões enumeradas configuraram os dilemas da colonização amazônica – sua especificidade comparativamente a outras experiências. A primeira questão, como amplamente conhecida, não é exclusiva da Amazônia: ela está presente nas outras colônias com funções de suprimento interno, como as de São Vicente e da Região das Missões (Maranhão, 2006). Como naquelas, também aqui a agricultura de baixa rentabilidade (em divisas, meios de circulação na economia-mundo) colocava a força de trabalho indígena como uma *alternativa* mais barata³ diante da africana. Sua utilização, contudo, sempre vista como uma segunda opção (*second best choice*), uma alternativa reconhecidamente inferior.

3 O custo de um índio era, em 1693, de 6\$000 a peça, sendo a metade tributo a El-Rey. Em 1682, o preço do escravo negro vendido no Grão-Pará e Maranhão era de 100\$000 a cabeça. Em 1732 um índio escravo custava na praça do Pará 5\$000. A média de preços dos escravos negros de diversas origens e desembarcados em Belém de 1757 a 1777 pela Companhia do Grão Pará e do Maranhão era de 68\$441 (Conf. Azevedo, 1901:151 e seguintes; Nunes Dias, 1970:466).

Diferentemente das outras regiões, entretanto, a requalificação do extrativismo de coleta na Amazônia, sua centralidade no projeto colonial local que praticamente excluía a utilização eficiente de um trabalhador não conhecedor do meio ambiente amazônico, requalificava, igualmente, tanto o europeu ou o africano – agora incapazes – quanto o indígena, único capaz.

De modo que, a questão do acesso ao trabalho indígena que nas outras colônias se associava às condições de determinação do custo de produção e da rentabilidade da produção colonial, tanto mais rentável esta, tanto menos importante aquela, aqui torna-se o pressuposto da existência ou não dessa produção e, assim, condição sem a qual o projeto colonial, como empreendimento mercantil, seria posto em dúvida.

Dar conta dessa realidade, vivenciá-la como cristão ou pagão e operá-la, como padre, mercador ou militar, não terá sido tarefa simples, nem pacífica. Para os agentes coloniais, faltava visão de mundo que acomodasse as consciências nessa nova situação. Mostravam-se inadequadas as estruturas ideológicas dominantes para as novas práticas estruturais. Derivam daí contradições graves, que emergem primeiro na forma de um grande confronto entre religiosos e leigos – entre missões e preações.

Para se avançar nesse ponto, um parêntese para uma digressão teórica. É nossa compreensão que a situação amazônica não se ajusta às frequentes esquematizações que, no trato da história do império colonial português, ou colocam as instituições religiosas a serviço incondicional da colonização enquanto empreendimento econômico, sua “ponta de lança”, ou absolutizam os antagonismos entre as práticas religiosas nas colônias e os objetivos coloniais da coroa portuguesa e a política das ordens na metrópole. Observamos, por isso, as ordens religiosas por um prisma que, se de um lado não as coloca nem contra nem alheias à colonização, de outro favorece à expectativa que

“[...] variam (...) suas formas de aproximação, aliança, afastamento ou ruptura com setores sociais determinados na colônia e/ou com certas políticas governamentais de colonização.” (Neves, 1987:106).

No império como um todo, uma aliança se cristalizou no amparo político-militar recebido dos Governos Gerais para que a política de catequese indígena fosse viável. Em contrapartida, as ordens religiosas deram apoio ideológico à obra de colonização. Não obstante, há dissenso, desde os primórdios da ocupação efetiva, entre a política jesuítica relativa ao indígena e a desejada por setores significativos da população (Neves, 1987).

Nesse quadro, um serviço inestimável das instituições religiosas ao colonialismo foi o de produzir a equivalência ideológica entre empreendimento colonial e civilização e desta com a cristianização. Por transitividade, produz-se uma nova equivalência que em última instância diviniza o colonialismo.

Importante aduzir, porém – pois trata-se de aspecto central para a Amazônia – que essas equivalências não se fazem de forma direta. Elas são mediadas por diversas outras noções necessárias, dentre as quais a de que o colonialismo é portador da civilização porque atua na transformação

da natureza bruta – os ecossistemas originários, as florestas, os matos, os sertões – vista como espaço vazio, passível da ocupação pelo mal, lugar da desordem, não tocado por Deus a não ser no momento da criação, domínio do diabo... O colonialismo provê a ocupação desse lugar obscuro, pela agricultura, tornando-o um lugar – aberto, claro, controlado, civilizado – pleno de novos homens ganhos para a verdade de Deus, primeiro pelo trabalho e pela disciplina.

É razoável assumir, isso posto, que as ordens religiosas dão suporte teológico às polaridades ideológicas do projeto colonial, as quais opõem natureza bruta (e homens sem alma a ela associados) à natureza transformada (e os homens cristianizados que a transformam) do mesmo modo que opõem a barbárie à civilização.

Contudo, divergências se sucedem em muitos momentos da ocupação, entre a política jesuítica relativa ao indígena e a desejada por setores significativos da população. No caso da Amazônia, a necessidade de justificar o extrativismo de coleta (não “transformador”) como obra civilizatória trouxe forma dramáticas de tensão – e inovadores trajetos de solução.

Qual a moral que acomoda compulsão de força de trabalho com o propósito de atuar com, não contra, a natureza bruta, originária? Que formas de compulsar a única força de trabalho capaz de dar conta dos processos necessários à transformação das dádivas da natureza bruta em mercadoria: o índio?

A segunda metade do século XVII foi consumida, no Grão-Pará, em confrontos, teóricos e práticos, em torno dessas questões. Dois caminhos apresentaram-se, num primeiro momento de forma excludente, em seguida, conformando uma unidade histórica – uma institucionalidade fundamental, o padrão regulatório que garantiu a gênese da economia colonial amazônica.

Duas formas de compulsão da força de trabalho indígena, pois, foram colocadas em prática: uma militar, outra cultural. A primeira representada pela proposta dos colonos leigos da escravização pura e simples do gentio, dos seres sem Deus; a segunda, oriunda do fervor missionário das ordens religiosas, apresentava uma pedagogia deculturadora, uma metodologia de transformação sem dor dos “inocentes” (pois ainda não tocados pela verdade), “pagãos” ofensivamente livres, em homens disciplinados para o louvor a Deus e para os trabalhos da terra, das águas, dos matos.

A metodologia escravista sucumbe ante dois fatos. O primeiro consistiu na verificação de que a atividade extrativa, por se exercer em áreas tão amplas e de conformação tão complexa, dificulta enormemente o controle do trabalhador, sem o que a relação escravista torna-se impossível. A segunda associa-se à verificação da imensa depredação causada nas fontes de força de trabalho pelos instrumentos militares do escravismo. Cálculos de Orlando Costa demonstram que de 1655 a 1660, em seis anos, portanto, para escravizar 6.700 índios foram empreendidas “guerras justas”, “resgates” e “preações” que, na avaliação de Orlando Costa, levaram à morte várias centenas de milhares de índios (Costa, 1969:60).

A violência dos colonos “tange” os índios para as aldeias, criando a força de trabalho da qual se lança mão nas expedições de coleta de drogas do sertão – fonte principal das rendas mercantis – e na construção de um aparelho de estado e de equipamentos religiosos (conf. Pe. João Daniel T.II 165-167 e Keller, Franz, 1874).

Montava-se, assim, um curioso mecanismo de formação da força de trabalho que, *in limine*, resultava sob o controle do conjunto dos agentes coloniais. As pendengas e querelas entre colonos e padres que emergem em profusão dos documentos da época desviam a atenção desse fato: aparentemente uns contra os outros, ou, melhor formulado, uns contra os outros nos dissensos ideológicos do projeto colonial em lugar e tempo particulares que os interpelavam com novos desafios, os agentes religiosos e leigos, privados e da coroa, agiram de modos que se mostraram complementar, resultando em estruturas operacionalmente convenientes à revisão dos termos do projeto de colonização da região. Com efeito, as iniciativas privadas dos colonos na obtenção de escravos índios, corroboradas por uma legislação ambígua e por práticas governamentais locais estruturalmente tolerantes, recolocava continuamente a possibilidade do cativo diante das populações indígenas que, dispendo da alternativa dos aldeamentos, submetiam-se ao controle religioso das missões. Estas, inicialmente, reafirmando seu papel ciosamente defendido em outros lugares, de proteção aos índios, sonegaram a força de trabalho sob seu controle. É, precisamente esse o ponto nevrálgico das contendas.

Dois institutos normativos estabeleceram os marcos dessa matéria, no conjunto resguardando sua lógica fundadora: o Regimento das Missões, dezembro de 1686, e o Alvará, 28 de Abril de 1688. O primeiro instituto, formulado com base nas doutrinas de Antônio Vieira e na experiência missionária acumulada ao longo do século XVII no contexto da disputa com os colonos, assentou as regras para a administração dos índios. A par de assegurar a liberdade dos aldeamentos aos indígenas e de garantir a gestão desses estabelecimentos – com o poder temporal e espiritual que continham – pelas ordens religiosas, o *Regimento das Missões* concedia aos demais agentes da colônia o acesso a força de trabalho aldeada, tal que 1/3 das disponibilidades fosse concedido aos colonos com licença promulgada pela administração colonial, 1/3 para as necessidades da Coroa e da administração colonial e 1/3 para uso dos próprios aldeamentos e missões religiosas. O *Alvará* mencionado regulamenta exceções ao quadro geral do *Regimento*, quando autoriza a escravidão de índios prisioneiros de guerra, condenados por canibalismo ou rebelados por questões religiosas e políticas (Almeida, 1997: 156 e 162).

O produto da aplicação da força de trabalho pelos colonos seria objeto de tributação do Estado, ainda em sua forma física, após o que seu proprietário teria total direito de alienação, podendo decidir livremente sobre as fases subsequentes de transporte (para) e transação no reino (Alden, 1974 – Apêndice III).

Cria-se, assim, na colônia amazônica, uma totalidade contraditória particular, com relações técnicas e sociais próprias, as primeiras caracterizadas pela dominância do extrativismo de coleta, as últimas fundadas na compulsão do trabalho índio, internalizado ao sistema por mecanismos de constrangimento de seu sujeito. O sucesso dos aldeamentos e missões em congregar cada vez mais gente, é a outra face da violência dos colonos escravistas. E, na salvaguarda da ordem colonial como um todo, os indígenas aldeados representavam a fonte de trabalho eficaz, no contexto dado, para o conjunto das atividades da Igreja, do Estado e dos colonos. Tal modo de produção fundou, de fato, a economia colonial amazônica, que se reproduz por gerações, aguçando, contudo, no desenvolvimento, suas profundas contradições.

2.3.2. O Domínio dos Aldeamentos Missionários – 1720 a 1755.

O modo de produção regulado pelo *Regimento das Missões* e o Alvará de 28 de Abril de 1688, combinado com a emergência de um novo produto colonial encontrado, aqui tratado como “droga do sertão – o cacau –, liberou as forças, ao tempo que as manteve sob coordenação no sentido de garantir em última instância a acumulação mercantil de capital, objetivo último do empreendimento colonial, em um *regime de acumulação* que garantiu um ciclo importante de desenvolvimento. Sua base institucional prevaleceu até 1755, quando se estabeleceram novas formas de regulação advindas da gestão pombalina.

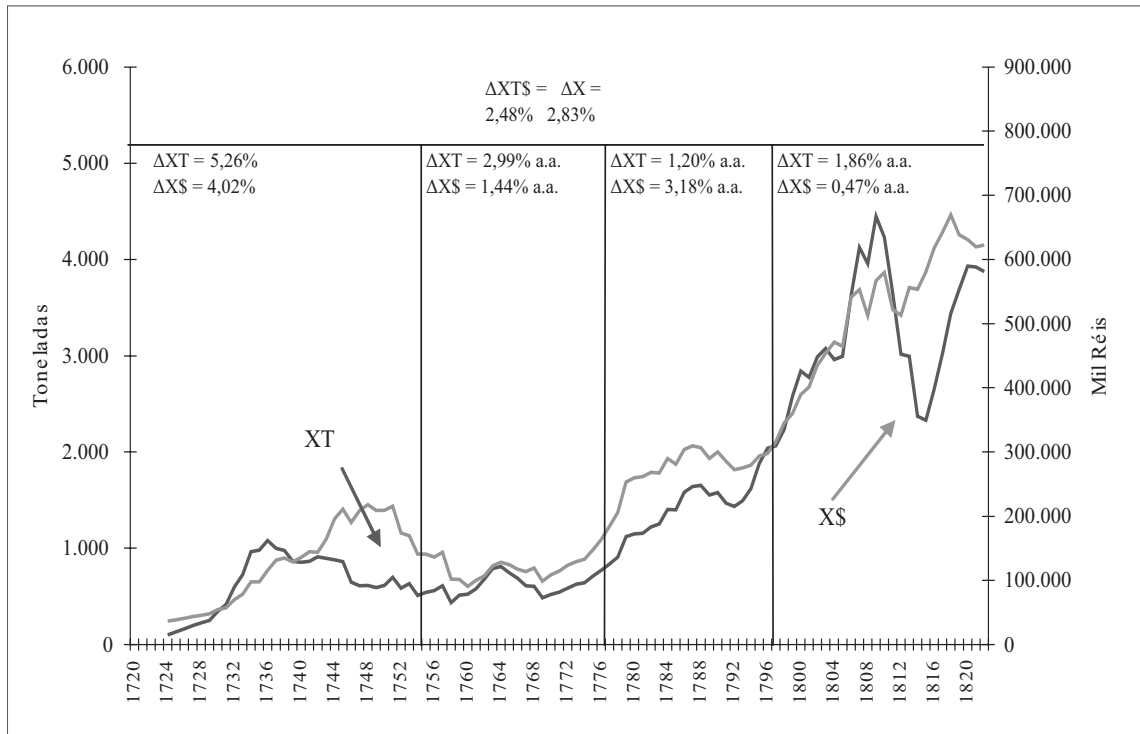
Para uma série de 35 anos contínuos desse período dominado pelas missões, entre 1720 a 1755, a taxa média anual de crescimento da economia colonial amazônica, expressa em Y\$, foi de 6,3% a.a., dos quais apenas 1,02% se explicam na variação das condições externas à colônia expressas nos preços implícitos y\$. Por seu turno, supõe-se um crescimento populacional sob controle do sistema colonial lento, de 1% a.a., dadas as dificuldades mesmo de assimilação, já mencionadas, e os surtos de epidemias importantes, como a de varíola nos anos quarenta (conf. Alden, 1974:32). Isso posto, a forte expansão se deve sobretudo à propulsão de um crescimento da produtividade por unidade populacional do sistema, à taxa de 4,21% a.a. (Gráfico 2.2.1-2). Por sua vez, o crescimento subjacente da produção em tonelada, isto é, da expansão da capacidade efetiva do aparato de produção (Gráfico 2.3.2-1), se fez ao ritmo acelerado de 5,26% a.a., a um preço interno que declinou a -1,18% a.a (Gráfico 2.2.1-2).

Nesse ponto, cabem distinções a fazer entre três fases do período. A fase inicial corresponde a um movimento fortemente crescente dos preços de 1720 a 1735, com as quantidades exportadas reagindo correspondentemente somente na segunda metade dos anos vinte. Quantidade e preço nesse período apresentam uma *Correlação de Pearson* positiva e mediana, de 0,6996, e a primeira variável apresenta elasticidade superior a 1 em relação à segunda ($\Delta XT/\Delta x\$ = 13,3\% / 8,5\% = 1,56$). Isto é, para cada 1 ponto percentual de variação no preço, a quantidade cresce 1,56 pontos percentuais. A partir daí, tem-se uma nova fase, na qual os preços internos iniciam um processo de redução contínua, não correspondida diretamente pelas quantidades exportadas que, ao contrário, mantêm tendência de crescimento baseado em incremento da produtividade, até 1750. A *Correlação de Pearson* é agora negativa (-0,7733), assim como a elasticidade da quantidade (crescimento a 2,5% a.a.) em relação ao preço (a -6,6% a.a.): -0,38. Por fim, nos últimos 5 anos as quantidades caem rapidamente (-6,5% a.a.) para os preços indicando ligeira recuperação (1,6%).

Em resumo, visto o conjunto dos movimentos, temos que a rigidez inicial da produção deu lugar a uma desenvolta expansão da quantidade exportada. Inicialmente, o crescimento seguiu indicação direta dos preços, os quais induziram à expansão da produção por incrementos sistemáticos na produtividade. Desse modo, os agentes da colônia fizeram valer as oportunidades oferecidas por níveis de remuneração jamais atingidos. Posteriormente, esses agentes, usando e aprimorando as possibilidades produtivas que construíram na primeira fase, sem precedentes

na colônia, fazem crescer a quantidade exportada compensando, assim, na receita, a redução nos preços. O resultado final é um crescimento da produção física mais que proporcional ao crescimento da receita e, dado que a tributação é feita sobre a base física, um crescimento também mais que proporcional das receitas do estado. Ademais, os preços internos à colônia se movimentam, nessa fase, de acordo com o movimento dos preços no mercado mundial, porém em ritmos distintos: quando crescem, os preços internos crescem mais rapidamente que os externos, levando a uma queda na taxa de formação de valor adicionado da metrópole e uma redistribuição dos resultados totais em favor dos agentes internos à colônia; quando caem, os preços internos o fazem mais rapidamente que os externos, provocando movimentos inversos, agora em favor da formação de valor adicionado na metrópole e os agentes que o compartilham. As diferenças levaram, no final do período a uma inversão das posições – os agente internos à colônia, que participavam com 70% no valor adicionado gerado pelo empreendimento, passam a contar com algo em torno de 30%; os externos que contavam com algo em torno de 25%, passam a se situar em torno de 55% e o estado melhora sua posição para algo próximo de 15%, quando fora 10% no início.

Gráfico 2.3.2-1. Quantidade e valor exportados da Amazônia, de 1720 a 1822 (em Toneladas e Mil-Réis)



Fonte: Tabela A-III.1.

2.4 As Reformas Pombalinas e a Companhia de Comércio do Pará e do Maranhão – 1756 a 1777

Na perspectiva da historiografia clássica da Amazônia a gestão pombalina seria a inflexão, o *turning point*, que marcaria a passagem da situação insustentável representada pelo extrativismo, para uma dinâmica estruturada pela agricultura, que, alimentada adiante por conjunturas do mercado mundial, sobretudo as ligadas à guerra da independência americana, só encontraria limitação importante na emergência do *novo ciclo extrativista* centrado na borracha (Dias, 1970; Reis, 1944; Tocantins, 1960; Santos, 1980).

Com efeito, o movimento de ideias e o conjunto de providências da gestão pombalina na Amazônia (1750-1777), pelo vigor, intensidade e, não menos importante, presença documental, têm merecido qualificativos de “projeto de civilização para o Brasil” (Almeida, 1997), de “projeto de vassalização dos índios e extensão e identificação da colônia com o reino” (Domingues, 2000) e de “projeto de fomento [=desenvolvimento] pelo mercantilismo” (Dias, 1970). Em termos amplos, entende-se a gestão pombalina no quadro do problema maior da transição do feudalismo para o capitalismo, em que o governo do marquês de Pombal constitui “[...] Mercantilismo de tipo clássico, tardio mas ajustado à defasagem da sociedade lusa, adequado ao absolutismo reformador que dele se serve como instrumento de aceleração das mudanças” (Falcon, 1982, p. 483). Tal projeto teria a intenção, em última instância, fiscal e industrializante, com recuperação da capacidade de controle dos resultados do comércio na Metrópole e na América (Cardoso, 1990, p. 95).

Na Amazônia, as análises ressaltam como finalidade comum de todos esses projetos a negação da economia extrativista reinante: seja pela afirmação de uma agricultura de *plantation* baseada em escravos negros (Dias, 1970), seja pela afirmação de um campesinato agrícola (Almeida, 1997, p. 194-95; p. 277-280; Domingues, 2000, p. 73).

A análise de Cardoso (1984), não obstante consoante com as linhas gerais desse debate, vai além, indicando o período pombalino como marco de um movimento estrutural de passagem de um “sistema econômico” que prevaleceu por um século, entre 1650 e 1750, dominado pelas “drogas do sertão”, mas com um setor agrícola subsidiário, e outro que se afirma a partir de 1750, com a política de Pombal, de cuja configuração fazia parte um setor dominante com um subsetor ascendente, constituído pela agricultura baseada em escravos negros e força de trabalho livre, e outro decadente baseado em coleta, dependente do sistema de repartição da força de trabalho indígena. Deste último fazia parte um *campesinato agrícola* subsidiário, “[...] heteróclito como no passado (pequenos proprietários ou posseiros livres, brancos, mestiços ou índios; e as atividades autônomas consentidas aos escravos negros nas fazendas), e que teve importante extensão” (Cardoso, 1984, p. 197-198).

Tomadas em conjunto, essa leitura do período pombalino permite as seguintes hipóteses: dado que o *Diretório dos Índios*, a nova institucionalidade estabelecida, seria um plano econômico de governo com o propósito último de estabelecer a agricultura na base produtiva da

Colônia, o crescimento da economia do Grão-Pará deveria se fazer através do crescimento da sua componente agrícola e, como implicação necessária, a partir da transformação dos índios em “[...] um estrato camponês ameríndio integrado na economia de mercado [...]” (Domingues, 2000), ou da implantação, *enfim*, de uma *plantation* escravista eficiente: em parte fruto da introdução de capitais exógenos materializados em escravos negros e outros instrumentos de trabalho carregados pela gestão pombalina (Dias, 1970), em parte produto da acumulação interna realizada no período anterior (Cardoso, 1984). Parte da ideia é que o desenvolvimento comercial que se espera da *Companhia de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão* deverá estar a serviço desses propósitos e, como tal, ser percebido como base da melhoria do intercâmbio da Colônia com o resto do sistema (Dias, 1970; Shikida, 2007) em favor da Metrópole (Falcon, 1982; Cardoso, 1990).

Adiante testaremos esses enunciados de dois modos: na comparação com o passado e o futuro da Colônia, isto é, verificando a relação do período propriamente pombalino com as fases pré- e pós-reformas, e na observação, com o nível de detalhe permitido pelos dados disponíveis, das mudanças próprias ao período em que reinou D. José I. Como adiante se esclarecerá melhor, considerar-se-á o início do período “propriamente pombalino” não 1750, quando começa o governo e Mendonça Furtado é enviado ao Grão-Pará, mas sim 1755, quando se estabelecem os grandes marcos institucionais do Diretório dos Índios e da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. O ano final, por seu turno, coincidirá com a liquidação desta última no ano 1777.

2.4.1. Avaliação e tratamento da crise da economia dos aldeamentos

O Marquês de Pombal enviou, em 1750, ninguém menos que seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado para governar a colônia amazônica, a qual, após um período de rapidíssimo crescimento, apresentara nos últimos cinco anos uma fase de lento andamento e produtividade constante. Nos primeiros cinco anos da gestão de Mendonça Furtado, com os preços em recuperação na Europa, cresce a rentabilidade, externa e interna, a primeira mais rapidamente que a segunda, criando um *lag* favorável à posição dos atores na metrópole. A produtividade física, entretanto, entra em declínio, arrastando a produção que, em 1755 atinge o nível mais baixo desde 1730.

Mendonça Furtado tomou contato com a crise naquilo que lhe dizia respeito mais de imediato: as finanças públicas, afetadas pela redução da base fiscal, a quantidade produzida. Na indigência dos cofres públicos via limites sérios à execução da política de segurança que lhe competia na missão de elevar os níveis de garantia da conquista. A tarefa exigia, a um só tempo, estabelecer com clareza os limites territoriais da colônia, elevar sua fortificação militar e adensar seu povoamento. Sobre a economia, fundamento de tudo o mais, apresentou um diagnóstico em que a situação presente é dramática:

“Este Estado, e principalmente esta Capitania, se acha reduzido à ínfima miséria; todos os seus moradores estão na última consternação. São poucos os que ainda

cultivam alguns gêneros; a maior parte conserva algum índio escravo para ir buscar ao rio ou ao mato o miserável sustento cotidiano com o que passam pobrissimamente metidos em uma choupana a que eles chamam de rocas”(Mendonça, 1963, T.I, p.145).

Situação atual tanto mais consternadora, quando se compara a um passado promissor:

“Ultimamente, mano, é necessário assentar em dois princípios certos, claros e evidentes. O primeiro, que este Estado se fundou, floresceu e nele se estabeleceram infinitos engenhos e plantações (...). Depois (...) tudo se arruinou, confundiu e finalmente se reduziu a nada.” (Mendonça, T. I, p.84).

Em conjunto, a avaliação de que uma “florescente” agricultura teria sumido, dando lugar ao “nada” – ou ao caos da economia extrativa – parecia ser explicação suficiente para a crise. Eram três os pontos centrais do “sistema” que, para Mendonça Furtado, teriam ensejado mudança tão drástica e estariam subjacentes aos problemas da colônia:

- o controle da força de trabalho indígena pelos religiosos;
- a perversão dos religiosos pela riqueza associada ao extrativismo e
- a autonomia das ordens religiosas frente ao Estado.

O controle da força de trabalho índio pelos religiosos teria levado a dois males: legara aos padres a possibilidade de se tornarem senhores dos matos, das “drogas do sertão”, colocando-os diante de uma tentação que os impedia de cumprir suas verdadeiras funções, dentre as quais se destacariam as de preparar mão-de-obra para a agricultura. Veja-se, por exemplo, o que contém a citação seguinte:

“(…) a maior parte dos índios, sem outra doutrina ou cultura mais do que a de saberem tratar mal das fazendas, aprenderem alguns ofícios para utilizarem as religiões, e serem insígnies em extrair drogas do sertão, que é o que são com todas as forças obrigados “ (Mendonça, 1963, T.I p.78)

Esse ponto é importante nas considerações de Mendonça Furtado, pois base para a organização de outra noção: a de que a agricultura não se desenvolvera (ou tivera seu desenvolvimento bloqueado) porque baseada na força de trabalho indígena, pouco produtiva, pois mal treinada, livre e indisciplinada. Os problemas da agricultura residiam na inadequação (reforçada pela displicência das ordens) da força de trabalho.

“Toda esta gente é ignorante em ínfimo grau, imagina que toda sua fortuna lhe há de vir dos sertões (...) aprisionando índios, com os quais se propõem fazer grandes progresso em suas fábricas e lavoura. (...) Nas conversações (...) lhes vou dizendo

(...) que os negros são melhores trabalhadores que os índios, e que eu espero vê-los por este modo remidos” (Mendonça, 1963: T.I p.260).

A perversão dos religiosos pela riqueza associada ao extrativismo os legava dupla condição, ambas negativas aos olhos de Mendonça Furtado. Faziam deles opositores do desenvolvimento agrícola e opositores dos colonos, vassallos de S. M. que, bem ou mal, significavam a real presença de domínio nos ermos coloniais. Neste ponto, Mendonça Furtado é severo.

“Não há circunstância alguma que deixe de capacitar-me que este poder que se deu aos regulares sobre os índios foi a rede mais sutil que podia inventar o Demônio, não só para assolar os povos, mas para perder as almas, e converter em lóbos aqueles homens que os nossos Augustíssimos Monarcas, com o zelo cristianíssimo, deputaram para o padres, os quais prevaricaram inteiramente, depois que gastaram o tempo que deveriam empregar em converter almas, em cuidar o modo que deveriam ajuntar tesouros, cujo vício leva atrás de si todos os outros que se lhe peguem por natural consequencia (...)” (Mendonça, 1963, T.I: 260).

Em resumo, a autonomia das ordens religiosas perante o Estado e as demais instituições coloniais na Amazônia teria estabelecido o “fato”⁴ de que os religiosos dominam o principal da economia regional. O fato de serem dispensados do pagamento de impostos, limita a capacidade do Estado em adquirir meios essenciais aos seus fins. Além disso, sendo o sistema dos aldeamentos praticamente autárquico, com divisão do trabalho interna e canais próprios de comercialização na corte, as “religiões” recolhiam

“(…) nas comunidades todo comércio que deveria girar na Praça, e com que deveram enriquecer-se aqueles homens, que nêle traficam com tanto lucro do público e da fazenda real” (Mendonça, 1963, TI: 145).

A solução para desarticular o “sistema presente”, o qual

“(…) enquanto se conservar , por mais tesouros que S. Maj. despenda, não será possível nunca que floresça este estado, porque como os regulares são senhores do

4 A condenação das atividades econômicas dos missionários não foi original em Mendonça Furtado. Há um século as acusações de que os religiosos dominavam a economia colonial repetiam-se. Segundo Alden, por duas vezes a Coroa mandou investigar tais acusações, sempre com resultados negativos: os religiosos tinham, sim, uma produção, nunca sequer próximo do que se cogitava. (v. Alden, 33-36). A nossa posição a respeito é de que os religiosos eram privilegiados em relação a um suposto vital da economia regional. Isso lhes dava uma condição de favorecimento no uso desse fator, naturalmente utilizada no atendimento das necessidades das missões enquanto sistema, enquanto estrutura material. Esse uso, entretanto, poderia ter formas muito diversas – e igualmente importante – do emprego na coleta das drogas do sertão. Os aldeamentos poderiam muito bem estar negando trabalhadores às expedições de coleta para aplicá-los na construção de seminários ou em atividades quaisquer que permitissem o desenvolvimento do conjunto dos aldeamentos. Enfim, um estudo ainda está por ser feito que permita dar conta destas questões.

comércio e dos povos, quanto mais dinheiro vier, tanto mais engrossarão os cofres das religiões, que hão de ser sempre senhores dos cabedais que giram (Mendonça, 1963, T.I: 145),

foi sugerida em carta de 18 de janeiro de 1753. Ali se propunham dois conjuntos associados de medidas econômicas e políticas.

As medidas econômicas se enfeixavam no propósito de restabelecer o modelo agrícola colonial, fundado no trabalho escravo negro. Aqui desempenharia papel fundamental uma “companhia de comércio” que monopolizasse as relações mercantis da colônia – transportando e vendendo seus produtos (resolvendo o problema da escassez de transporte) e transportando e vendendo os meios de produção necessários (resolvendo o problema do principal da aquisição de meios de produção, sobretudo o escravo africano). O suposto explicitado é o de que, com o negro africano, far-se-ia a agricultura propriamente colonial.

Contudo, os índios deveriam ser persuadidos do valor da agricultura para as necessidades internas:

“... quanto lhes será útil o honrado exercício de cultivarem as suas terras; porque por este interessante trabalho não só terão os meios competentes para sustentarem com abundâncias suas cases, e famílias; mas vendendo os gêneros, que adquirirẽ pelo meio da cultura, se aumentarão neles os cabedais à proporção das lavouras, e plantações”. (O Diretório, apud Almeida, 1997: 195).

Tal propósito se combinava, aliás, com as medidas geopolíticas que diziam respeito à decisão de povoar a colônia com os povos nela originados. Aqui, vigoraram medidas de emancipação formal dos índios aldeados e da utilização sistemática da miscigenação como instrumento de política populacional colonial.

Essa estratégia fundamentará o conjunto de normas do *Directorio, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão*, assinado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado em 3 de maio de 1757 e aprovado no reino pelo Alvará de 17 de agosto de 1758. O *Diretório dos Índios*, como ficou conhecido esse estatuto, sistematizou uma série de alvarás e decretos expedidos desde a chegada de Mendonça Furtado, acrescendo as regras de fundação, funcionamento e gestão das novas estruturas em que deveriam se transformar os aldeamentos. Assim, confirmou a liberdade indígena decretado pelos Alvarás de 6 e 7 de junho de 1755 (Domingues, 2000: 69); transformou os aldeamentos em comunidades civis administradas por funcionários – os diretores –, aos quais competiam as operações de descimento; confiscou e redistribuiu a agentes coloniais, militares e famílias reinóis, os bens das ordens religiosas, suas fazendas e rebanhos; incentivou a miscigenação, incorporando o Alvará de 4 de Abril de 1755 no qual se decretava “que os luso-brasileiros casados com índias não deviam ser discriminados, mas antes dignos do favor real” (Domingues, 2000:72); regulamentou o uso

e pagamento da força de trabalho tutelada nos diretórios, mantendo basicamente as regras de repartimento tripartite entre administração colonial, igreja e colonos – nesse caso, mantendo a possibilidade, também regulamentada, da busca das “drogas do sertão” e indicou os passos para o desenvolvimento em geral, e da agricultura em particular – desde um amplo programa de educação, do que fazia parte a formação de hábitos de trabalho sedentário, até a indicação de espécies silvestres a serem preferencialmente amansadas e culturas que deveriam ser vistas como promissoras.

Além das normas do Diretório que atuavam diretamente nas relações de produção, técnicas e sociais, a gestão pombalina interferiu na estruturação das relações de comércio através da criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, fundada em 6 de junho de 1755 com direitos totais de monopólio sobre o comércio de mercadorias, dentre as quais os escravos africanos.

Como discutido na introdução, o movimento de ideias e o vigor das ações implementadas no período têm colocado para a historiografia expectativas de desenvolvimento econômico, no que se refere 1) ao crescimento e seus fundamentos mais abstratos – se indica mais produção e produtividade; 2) às mudanças estruturais da economia da colônia – se indica revitalização da economia e estabelecimento da agricultura na base produtiva da Colônia, de modo que o crescimento da economia deveria se fazer através do crescimento da sua componente agrícola a partir do reforço da *plantation* com base em escravos negros e da formação de um estrato camponês; 3) o desenvolvimento comercial que se espera da Companhia de Comércio deverá estar a serviço desses propósitos e, como tal, ser percebido como base da melhoria dos intercâmbios da Colônia com o resto do sistema.

Vejamos, à luz de nosso resultados, uma a uma essas proposições..

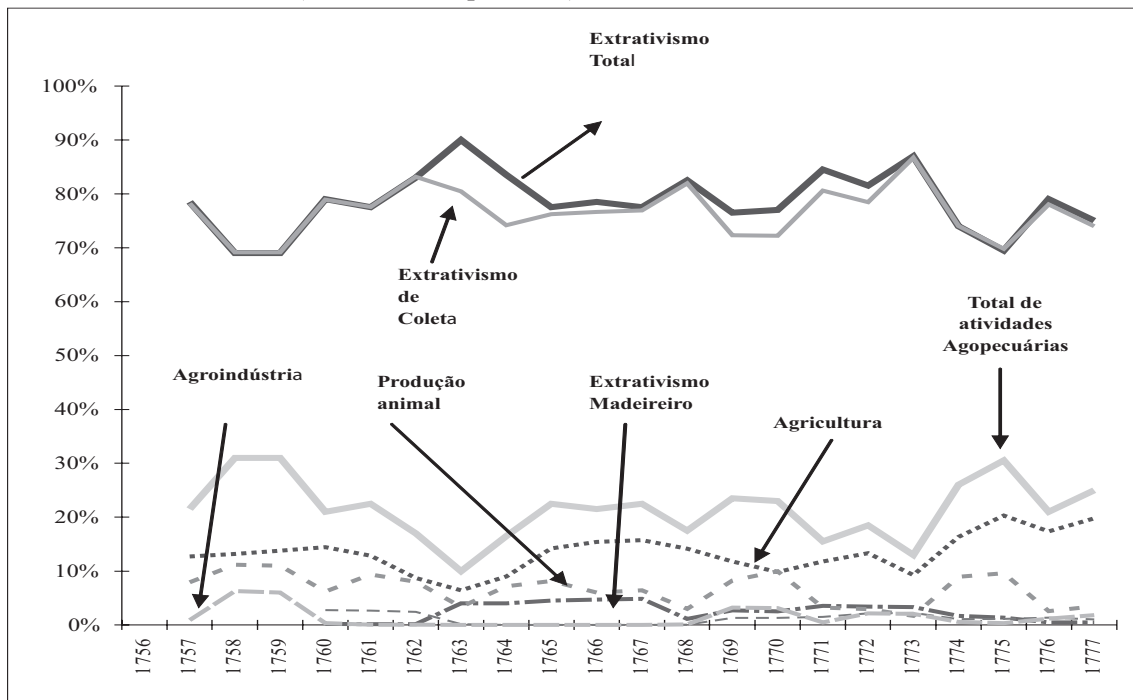
Sobre o crescimento econômico verificado no período e seus fundamentos. Nos primeiros 22 anos de vigência do Diretório, até o encerramento das atividades da Companhia de Comércio, a economia colonial amazônica teve crescimento modesto de 1,5% a.a. (para este e os próximos resultados ver Tabela 2.1-1). A produção cresceu a taxas de 2,99% a.a., mais como um resultado do crescimento da população a 2,2% a.a., que pelo incremento da produtividade que se fez a meros 0,8% a.a. (conf. Gráfico 2.2-1 e Gráfico 2.2.1-2).

As relações externas fizeram-se sob a égide de preços declinantes a -1,4% a.a. no mercado mundial, tendência que, mediada pela nova institucionalidade da Companhia, se refletiu em queda mais rápida no interior da colônia, a -1,5% a.a. (conf. Gráfico 2.2.1-1). De modo que a elasticidade da produção exportada em relação ao preço foi de -1,87: para cada redução de -1% no preço elevação de 1,8% na quantidade ou, para cada 1% de elevação da quantidade exportada uma redução de -0,54% no preço.

Tal evolução manteve elevada e crescente, não obstante fortemente oscilante, a taxa de formação do valor adicionado na metrópole (Gráfico 2.2.2-1) e a participação dos seus agentes nos rendimentos totais (Gráfico 2.2.2-2).

Sobre os propósitos de implantar, enfim, uma economia de base agrícola. É recorrente a menção aos esforços na aquisição de escravos negros e na introdução de variedades novas de produtos agrícolas, como arroz, algodão e cana. Não obstante, a produção regional manteve nesse período o perfil herdado do período anterior, seja no que se refere à dominância do extrativismo de coleta, seja no que se refere à própria agricultura. É o que demonstra o Gráfico 2.4.2-1. A composição da produção continua apresentando o extrativismo como setor que abriga as atividades dominantes da economia, representando em torno de 80% ao longo desses anos. Se desdobramos as atividades em Extrativismo de Coleta (as drogas do sertão) e Extrativismo Madeireiro, o primeiro tem dominância quase completa, a não por pequenos lapsos – na primeira metade dos anos sessenta.

Gráfico 2.4.2-1. Participação relativas das diversas atividades nas exportações da Colônia do Grão-Pará, 1755 a 1777 (% do total exportados)



Fonte: Ver Tabela A-III.2.

A rigor, as atividades agrícolas, no todo, iniciam o período de vigência do monopólio da Companhia com participação importante, próximo de 30%, caindo até meados dos anos sessenta próximo de 10%. A partir daí se recupera até atingir o patamar dos primeiros anos do período. A produção agrícola processada na colônia, como açúcar e aguardente, que apresenta relativa importância no início do período, perde significado ao longo do tempo. A produção animal, por

sua vez, cresce em importância, não obstante lentamente. Por outro lado, se desdobrarmos as atividades extrativistas em extrativismo de coleta (as “drogas do sertão”) e madeireiro, o primeiro tem dominância quase completa (Gráfico 2.4.2-1)

Quanto às mudanças estruturais no sentido da formação de um campesinato agrícola. Os dados do período nos permitem observações importantes sobre a estrutura da base produtiva. Primeiro, há indicações muito fortes da existência e crescimento de uma estrutura de produção relevante na colônia, além da representada pelos colonos escravistas e pelos diretórios, a qual poderá se constituir de um campesinato. É o que indicam os resultados da Tabela 2.4.3-1, quando adequadamente observados.

Manoel Nunes Dias, em monumental trabalho (Dias, 1970) que relaciona produto a produto, ano a ano, os embarques em Belém da Companhia de Comércio do Grão Pará e do Maranhão, rotulou as mercadorias pelos seus titulares, separando-as em dois tipos: aquelas cujo titular era a “Companhia” e outras, que atribuiu aos “Lavradores”, categoria equivalente ao que vimos designando de “Colonos”. Numa primeira verificação, constata-se uma diferença muito grande entre o primeiro quinquênio e os demais nas participações relativas desses grupos: de aproximadamente 51 e 49%, respectivamente, a “Companhia” passa para proporções em torno de 85% e os “Colonos” 15%. O próprio Nunes Dias esclarece a diferença por viés de conduta dos “Colonos”, os quais, favorecidos por uma carta régia que lhes facultava o direito de consignar sua produção exportável a seus comissários do reino, na forma do que dispunha o parágrafo 27 do estatuto da companhia. Os colonos

“...transformaram o favor régio numa artimanha, porquanto, debaixo de seus nomes puderam os corretores particulares fazer o comércio de gêneros em evidente prejuízo da companhia, sem que a Junta da Administração conseguisse averiguar e atalhar o contrabando.” (Dias, 1970: 363).

A pedido da companhia, em 26 de fevereiro de 1760 se estabeleceram normas para que apenas a produção comprovável dos colonos fosse aceita.

Tabela 2.4.3-1. Participação dos titulares das cargas assumidas em Belém pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, 1755 a 1777 (\$000 e % do Total)

Titulares das Cargas	1756 a 1760		1761 a 1765		1766 a 1770		1771 a 1777	
	\$000	%	\$000	%	\$000	%	\$000	%
Companhia	190.595,45	49%	477.794,39	86%	350.965,35	90%	730.544,85	86%
Lavradores/Colonos	200.679,30	51%	79.264,95	14%	37.109,76	10%	123.171,58	14%
Total	391.274,74	100%	557.059,34	100%	388.075,11	100%	853.716,43	100%

Fonte: Ver Tabela A-III.2.

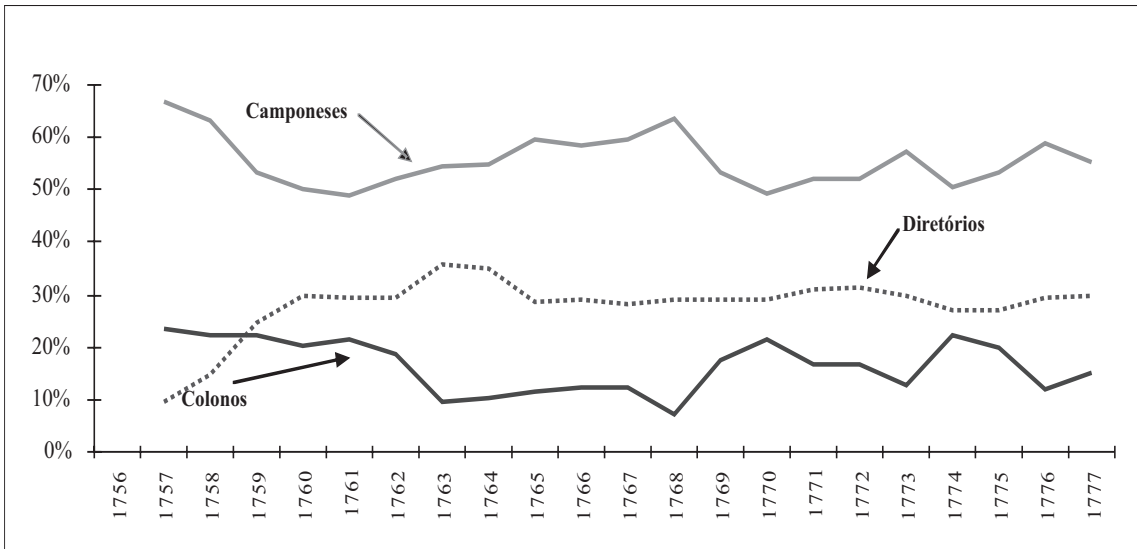
Daí, as seguintes ilações:

- A produção embarcada até 1759 sob a titularidade da “Companhia” provinha das estruturas produtivas que disso não poderiam se furtar, os *Diretórios* – estruturas que, como ex-aldeamentos, não obstante suas recentes designações civis de vilas e lugares, continuavam, como bem anota Azevedo (1999: 340), sob estrita tutela da administração colonial –, e expressa, por isso, o peso relativo mais próximo do real que se pode mensurar, desse segmento na produção exportável total da colônia;
- A estrutura produtiva dos *colonos* de origem europeia, dependentes do trabalho escravo negro, na agricultura, e da repartição do trabalho dos índios aldeados, no extrativismo, fortalecida no período pela chegada de novas levas de casais açorianos, pelo financiamento na aquisição de escravos e pela absorção das fazendas das ordens religiosas (Azevedo, 1999), terá seu peso real expresso nos quinquênios pós-1760, quando só puderam transacionar sua própria e efetiva produção;
- Montaram-se duas estruturas de transação no período: até 1759, “corretores particulares” fizeram dos “Colonos” seus intermediários; a partir daí, esses mesmos agentes fizeram da “Companhia” a intermediação necessária para acessarem o mercado mundial; e
- Se existiram “corretores particulares” que intermediavam produtos, quer dizer, se existiram estruturas mercantis internas à colônia, existiram produtores das mercadorias que intermediavam que não se ajustavam nem nas estruturas dos diretórios, nem nas dos colonos. A participação desses *produtores invisíveis* pode ser mensurada, posto que igual a dos “corretores particulares” do eufemismo de Nunes Dias, aos quais atribuiremos a condição de *comerciantes não reconhecidos*: o outro polo de um par estrutural com os *produtores invisíveis*.
- A parcela intermediada por esses *comerciantes não reconhecidos* e da produção dos seus supridores, os *produtores invisíveis* da colônia, terá sido igual ao total exportado, menos a produção dos diretórios (até 1760, igual ao que foi exportado sob a rubrica “Companhia”; a partir de 1760, participação relativa média da rubrica “Companhia” no total da produção exportada até 1760 vezes o total da produção exportada dos anos posteriores a 1760), menos a *verdadeira* produção dos colonos (após 1760, o que foi exportado sob a rubrica “Colonos”; antes de 1760, a participação relativa média da rubrica “Colonos” no total da produção exportada após 1760 vezes o total da produção exportada dos anos anteriores a 1760).

Aplicado esse algoritmo ao nosso banco de dados (ver valores e notas metodológicas da Tabela A-III.3), chegamos ao que se apresenta no Gráfico 2.4.3-1 e Gráfico 2.4.3-2.

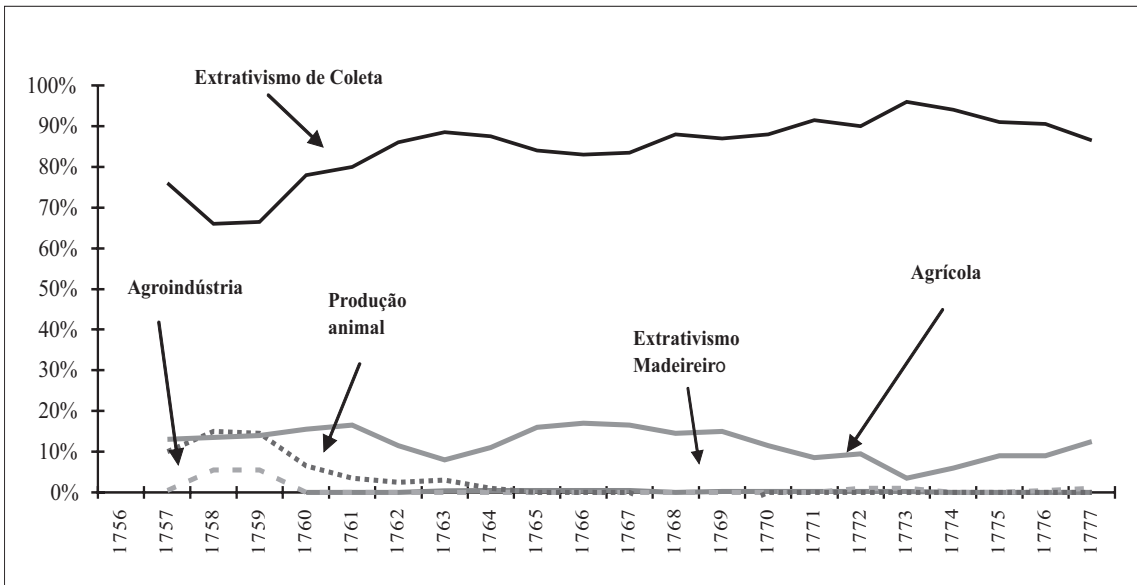
Um primeiro resultado é o de que, acima da metade da produção da colônia ao longo do período não se explicaria pelas estruturas produtivas nem comerciais “oficiais” da colônia, podendo ser uma indicação robusta da formação de um campesinato.

Gráfico 2.4.3-1. Participação relativa das diversas estruturas produtivas da Colônia do Grão-Pará, 1755 a 1777 (% do valor exportado total, médias móveis bianuais)



Fonte: Tabela A-III.3.

Gráfico 2.4.3-2. Participação relativa das diversas atividades na produção exportada dos camponeses da Colônia do Grão-Pará, 1755 a 1777 (% do total exportados, médias móveis bianuais)

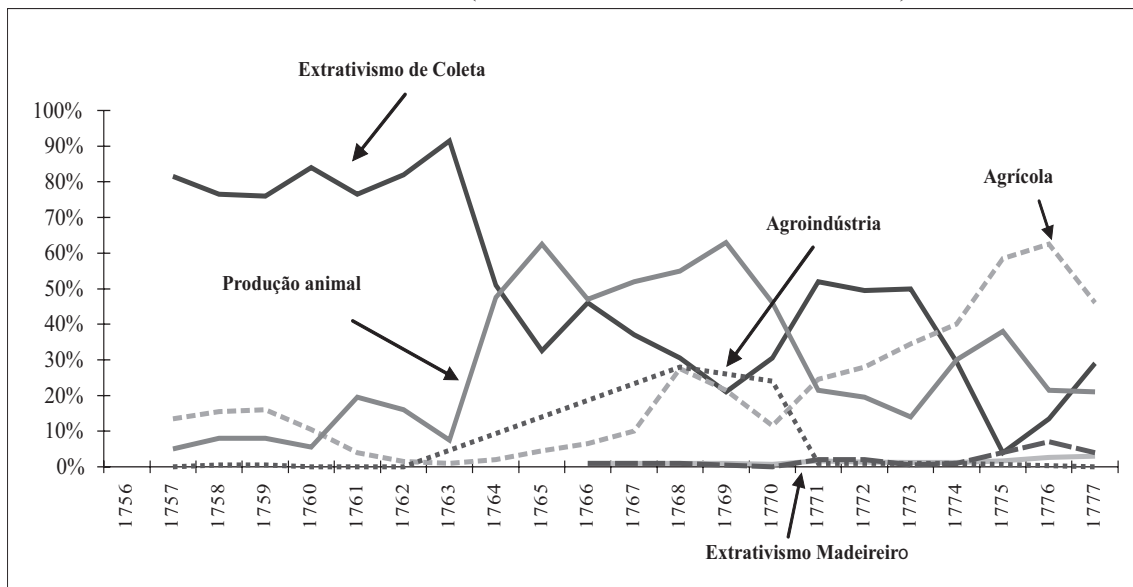


Fonte: Tabela A-III.3.

Todavia, não se trataria de um campesinato agrícola, como tínhamos como expectativa: a produção exportada a ele atribuível é basicamente derivada de extrativismo de coleta, cujo valor cresceu, ademais, a 2,3% a.a., de modo que sua expressão cresce no período, de aproximadamente 70%, para algo próximo de 90%. A produção agrícola exportada desse campesinato deverá ter decrescido a -3% a.a., de modo que sua participação na exportação total do final do período ficou em torno 9%.

Por seu turno, o perfil da produção dos “Colonos” altera substancialmente no período pombalino: os produtos agrícolas *in natura*, que pouco representavam no início do período, chegam ao final com participação próxima de 50%, resultado de um forte crescimento de 10,7% a.a.; a produção animal cresce notavelmente a 7,3% a.a., chegando a algo próximo de 20%; a agroindústria teve um momento importante no meio termo, mais caiu a quase nada no final do período – o contrário da produção madeireira exportável que cresceu precisamente no período final; o extrativismo de coleta, por seu turno, caiu sistemática e fortemente a -9,1% a.a. para esse segmento da produção colonial por todo o período em questão (conf. Gráfico 2.4.3-3).

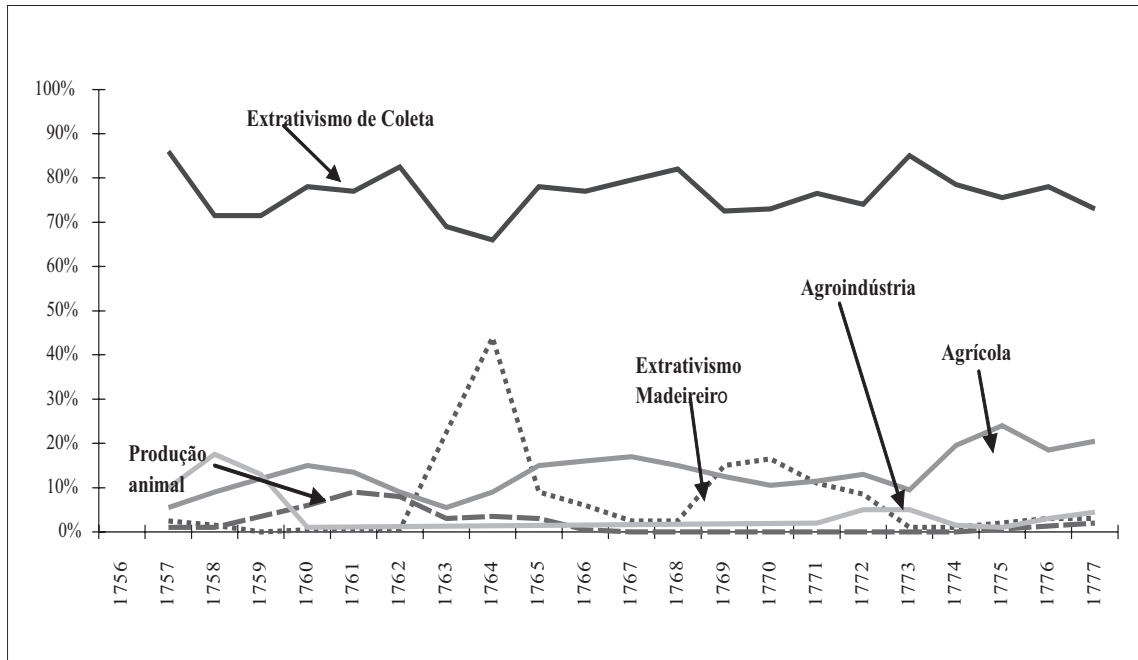
Gráfico 2.4.3-3. Participação relativas das diversas atividades na produção exportada dos colonos, da Colônia do Grão-Pará, 1755 a 1777 (% do total, médias móveis bianuais)



Fonte: Tabela A-III.3..

No que refere aos diretórios, a participação do extrativismo de coleta se manteve em torno de 70% e a agricultura aumentou sua expressão, chegando sua participação nos últimos cinco a 20%. Notável o desenvolvimento do extrativismo madeireiro que, não obstante as fortes oscilações, se fez presente de modo importante em vários subperíodos (Gráfico 2.4.3-4).

Gráfico 2.4.3-4. Participação relativa das atividades na exportação dos Diretórios da Colônia do Grão-Pará, 1755 a 1777 (% do total, médias móveis bianuais)



Fonte: Tabela A-III.3..

2.5 Do fim da Companhia ao fim dos Diretórios – 1777 a 1789

Os primeiros cinco anos da gestão pombalina, nos quais se forjaram as reformas que marcaram os tempos seguintes, foram anos de crise de um sistema que já tinha história, que já seguia um trajeto no qual mostrara seu potencial na perspectiva do império colonial. As reformas pombalinas não ocorrem para, *enfim*, montar uma economia agrícola (como sugere Almeida, 1997:227-235). Fizeram-se para superar o que se conseguia ver dos gargalos expostos por um momento crítico daquela economia que, não obstante estranha, posto que baseada em extrativismo, já tinha um passado do qual o presente era dependente. Na busca de superação do que se entendia como fundamentos da crise, aí sim, um projeto institucional, de estado, de “criação” de uma agricultura eficaz – uma retomada do projeto agrícola civilizatório dos primórdios da Colônia, com nuances que abrigavam um campesinato.

Parte da estratégia, medidas que incentivavam a miscigenação na constituição de famílias nucleadas aceleram a criação de um número crescente famílias com dupla característica: detém o conhecimento índio da natureza circundante e, ao mesmo tempo, se reproduz atendendo necessidades e valores europeus. Tais famílias – nem índias, nem brancas, e sim caboclas – têm endogenamente as pré-condições de conhecimento para viver e produzir fora dos diretórios,

fora, portanto, do controle do sistema produtivo vigente. Pois, ao contrário das famílias dos colonos brancos, elas poderiam lidar sem dificuldades com o meio ambiente e, por outra parte, só com muita dificuldade poderiam viver sem mercadorias industriais europeias. Com tais atributos, essas seriam famílias que poderiam reproduzir-se apenas pelo trabalho dos seus membros – essa reprodução pressupondo, todavia, a sua inserção, como unidade irredutível e isolada, no mundo da mercadoria. Tudo leva a crer que, a partir daí, se pode falar em formação de um campesinato típico amazônico, do campesinato-caboclo próprio da região.

A esse campesinato-caboclo atribuímos a produção exportável não explicada nem pelos aldeamentos e diretórios, tampouco pelas unidades produtivas escravistas dos colonos brancos. Ademais, a colocação dessa produção no mercado pressupõe uma classe mercantil gradativamente formada na colônia, originária de uma mistura de colonos, funcionários, militares e aventureiros, os quais puderam se colocar como concorrentes diante do sistema de monopólio oficial porque existia uma produção livre, a produção camponesa-cabocla, que não poderia ser controlada pela “Companhia” na fonte. Assim, camponeses-caboclos e comerciantes locais (regatões e aviadores) desenvolveram-se como uma unidade estrutural – parte do mesmo processo evolutivo ao longo da segunda metade do Sec. XVIII –, vindo a se tornar a base da economia extrativa a partir de então.

De modo que o período pós-pombalino conta com as estruturas produtivas dos Colonos, dos Camponeses-Caboclos e dos Diretórios, estes últimos em nítida decadência, conforme se pode deduzir da Tabela 2.5-1. Da diluição dos Diretórios se alimenta a expansão das estruturas camponesas, em processo que João Lúcio D’Azevedo viu assim:

“...em decair progressivo foram os antigos estabelecimento dos regulares, sob o regime laical, arrastando uma lamentável existência, até aos derradeiros anos do século [XVIII]. (...) Povoavam-se os matos de trãnsfugas, enquanto os lugares da habitação ficavam ermos» (Azevedo, 1999:377).

Com a expansão da base camponesa-cabocla cresce o seu par estrutural, o capital mercantil endógeno à colônia, cujos agentes visíveis são os regatões (comerciantes móveis que utilizam barcos em seus deslocamentos), marreteiros (pequenos comerciantes do interior, dependentes de suprimentos de comerciantes maiores) e os aviadores (comerciantes maiores sediados em Belém, supridores e financiadores de regatões e marreteiros). Tocantins expõe o arranjo do seguinte modo:

“A canoa veio criar uma figura que até hoje perdura na paisagem social amazônica (...): o regatão. Evoluindo do tipo comum de comerciante para um estágio de trabalho mais desenvolvido, mais complexo (...), o ofício foi primeiro do português e depois acabou por ser, já no século XIX, ofício de preferência do turco. (...) o método de negociar no interior era quase o mesmo dos dias atuais.

Os comerciantes em Belém enviavam mercadorias para as vilas do interior (...) e [citando Baena (1969)] (...) em troca recebiam os produtos naturais sacados dos matos e os produtos da indústria. Na operação mercantil com os lavradores, estes recebem o valor venal, parte em moeda, parte em fazendas e víveres.” (Tocantins, 1960: 123-125)

Sobre estas bases estruturais e mercantis internas e sem a governança da Companhia de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão e seu mandato de monopólio, nas relações mercantis externas, a economia colonial como um todo (Y\$) mais que dobra a taxa de crescimento para 3,9% entre 1778 e 1798, comparativamente ao período anterior. Evolução em parte explicada pelo crescimento da população a 2,1%, em parte pelo crescimento interno da produtividade a 0,9% e em parte por preços em recuperação no mercado externo a 2,5% a.a.. Dado que os preços no mercado interno crescem em ritmo inferior, a 2,0% a.a., a formação de valor adicionado cresce agora a 0,6% a.a., mantendo, não obstante com maior instabilidade, a participação relativa dos agentes na metrópole.

Tabela 2.5-1. Participação dos ex-Aldeamentos nas exportações totais de cacau em anos escolhidos (em Libras)

Ano	Ex-Aldeamentos (A)	Total das exportações (B)	(A)/(B)
1761	209.648	1.153.888	18%
1764	222.985	1.045.839	21%
1768	386.834	1.311.171	30%
1769	215.047	-	
1770	101.363	1.639.977	6%
1771	109.801	1.233.387	9%

Fonte: Alden, 1974:53-60. Tabulação minha, F.A.C.

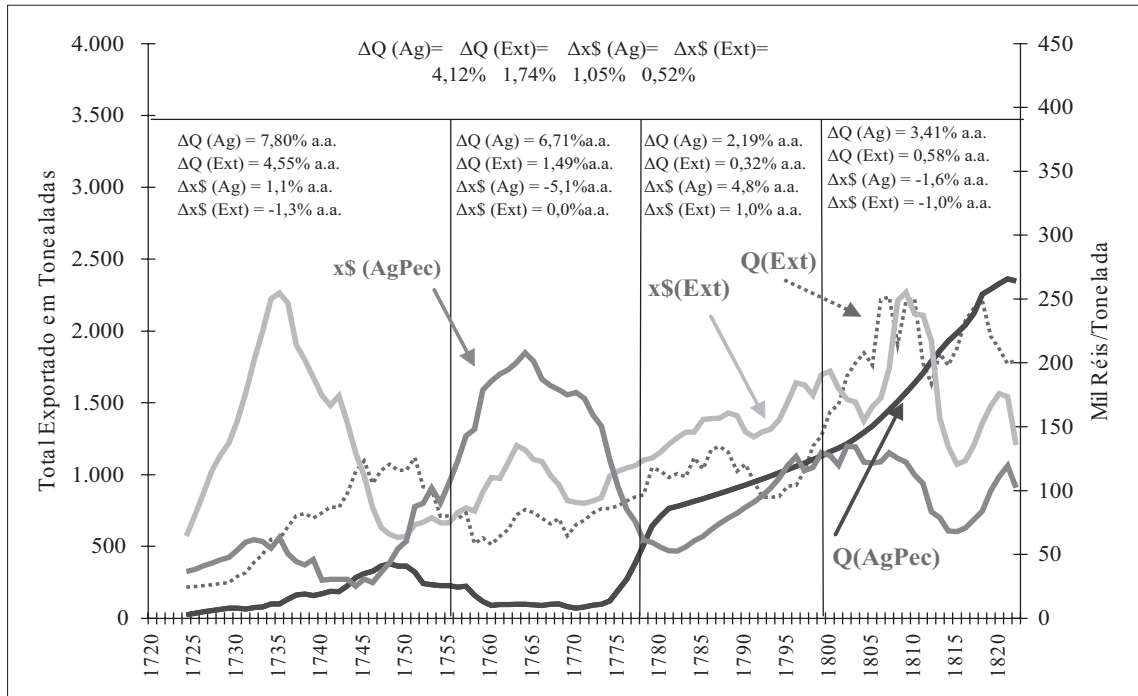
2.6 Do fim dos Diretórios ao fim da Colônia – 1799 a 1822

Diferentemente do desempenho positivo do período anterior para as principais variáveis da economia colonial amazônica, nesse turno se fazem sentir as marcas da crise que assola todo o sistema colonial português (Novais, 1986). O valor da produção da Colônia no mercado mundial cai, entre 1799 e 1822, a -2,19% a.a., resultado da queda nos preços a -3,97% a.a., compensada por um leve incremento da produtividade *per capita* de 0,75% a.a. e um incremento demográfico de 1,1% a.a. Por outro lado, a parcela de valor adicionado na Metrópole cai a -5,09% a.a., enquanto o valor retido na Colônia cresce positivamente, apesar da baixa taxa de 0,11% a.a. De modo que, no final desse período, a participação relativa da retenção de valor na Metrópole refluí a níveis semelhantes ao encontrado em 1750, por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nos primórdios da gestão pombalina.

Há, todavia, distinção fundamental no plano estrutural da produção. Com o fim dos diretórios a Colônia do Grão-Pará passou a se assentar em duas grandes estruturas produtivas: a fundamentada no campesinato-caboclo, que em estreita relação com os regatões e seus aviadores exportam predominantemente produtos extrativos e os colonos escravistas que exportam prevalentemente produtos agropecuários. Eliminada a reserva de força de trabalho hábil para a coleta, tutelada para concessão aos colonos pelos diretórios, e conformadas definitivamente as estruturas camponesas que endogenizam conhecimentos e habilidades indígenas, chaves da economia extrativa, reduz-se a capacidade dos colonos na produção das “drogas do sertão”, em compensação, cresce a sua capacidade de produção agrícola.

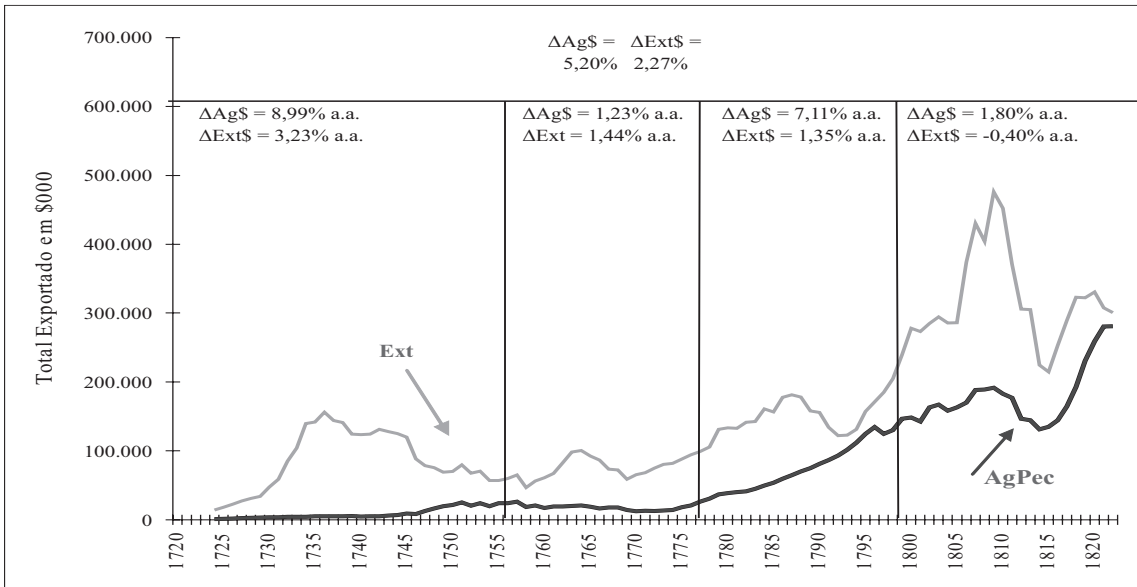
Com efeito, a quantidade exportada dos produtos agropecuários cresce no período a 3,4% a.a.. Dado que os preços caem a -1,6% a.a., o crescimento da receita de exportação desses produtos se faz a um ritmo mais baixo, de 1,8% a.a. Não obstante tratar-se de ritmo bem superior ao da produção extrativa, cuja capacidade produtiva se expande a 0,6% a.a., com preços decrescentes a -1% a.a., tal evolução não foi suficiente para contestar o domínio do extrativismo de coleta da economia, setor produtivo que representava 61% na média dos últimos cinco anos do período colonial (ver Tabela 2.1.-1; conf. Gráfico 2.6-1 a 2.6-3).

Gráfico 2.6-1 – Evolução das quantidades (t) e respectivos preços (\$000/t) dos grupos de produtos da pauta de exportação da economia colonial amazônica, 1720 a 1822, médias móveis quinquenais



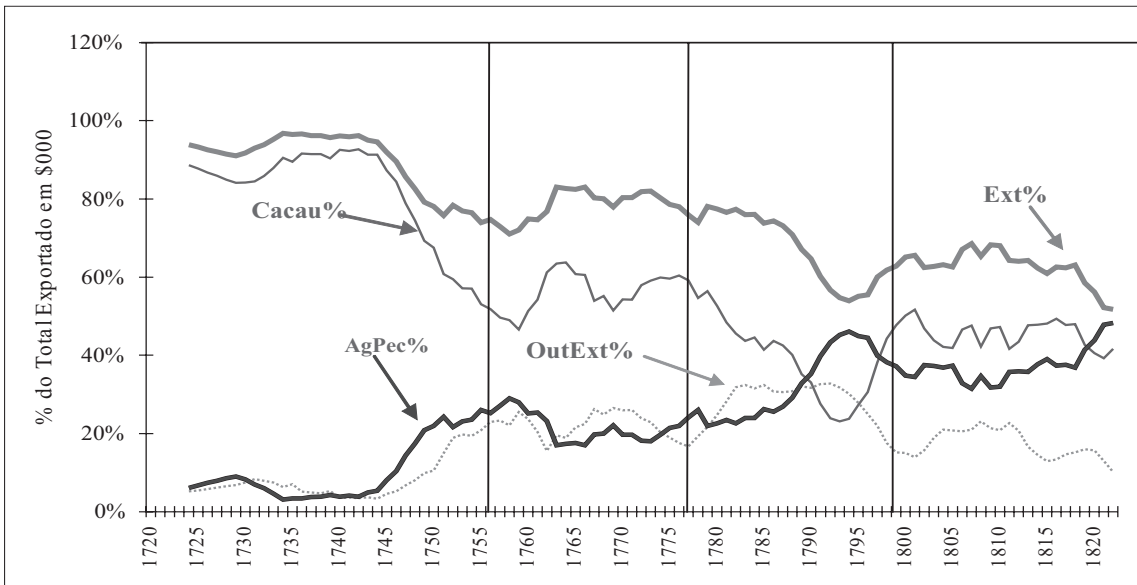
Fonte: Tabela A-III.1.

Gráfico 2.6-2 – Evolução do valor exportado de produtos extrativos e agropecuários da economia colonial amazônica, 1720 a 1822: em \$000 Réis, Médias móveis quinzenais



Fonte: Tabela A-III.1.

Gráfico 2.6-3 – Participação relativa dos grupos de produtos da pauta de exportação da economia colonial amazônica, 1720 a 1822: % de X\$,..Médias móveis quinzenais



Fonte: Tabela A-III.1..

No início do século XIX, a economia da região amazônica baseava-se nas unidades de produção caboclas, famílias nucleadas que praticavam a agricultura e o extrativismo, sendo parte deste último destinada ao comércio. A reprodução dessas unidades pressupunha relações com o capital comercial, nas formas mediadas por regatões, esses pequenos comerciantes que adentravam de barco a floresta por rios, paranás e igarapés com o fito de trocar produtos industrializados por regionais, geralmente sem se utilizar meio circulante, dinheiro, e por marreteiros, comerciantes com posições fixas estabelecidos nas povoações ribeirinhas; ambos conectados aos grandes comerciantes de Belém que, em última instância, dominavam o comércio regional e colocavam a produção local no mercado mundial.

A composição da pauta de exportações indicava que a dinâmica da demanda no mercado mundial correspondente a essa estrutura estava relacionada tanto com o desenvolvimento da indústria alimentícia na Europa e nos Estados Unidos, quanto com a demanda por especiarias exóticas.

3. A ECONOMIA DA BORRACHA (1850-1920)

3.1. Introdução

No período colonial, constituiu-se na Amazônia uma economia expansiva, com capacidade produtiva (escala de produção), rentabilidade e produtividade crescentes, além de estabilidade compatível com necessidades de reprodução de longo prazo. Tal construção afirmou sistêmica e crescentemente, eficientemente, pois, necessidades dos segmentos sociais fundamentais na sua constituição e gestão.

Os requisitos reprodutivos do conjunto das diversas classes de agentes, por outra parte, parecem ter sido atendidos diferenciadamente ao longo do tempo, as especificidades definidas por conflitos, cuja superação requereu soluções institucionais. De modo que a dinâmica baseada no extrativismo de coleta, marca de todo o período, deveu-se às diferentes soluções institucionais para o uso da capacidade de trabalho dos índios aldeados. Alcançadas as soluções no acesso a esse requisito, estabeleceu-se a economia baseada no bioma amazônico como o fundamento principal (de fato e de direito) do empreendimento colonial, sendo as demonstrações de eficiência produtiva, como o crescimento continuado na produtividade, indissociáveis dessa combinação.

Nessa perspectiva, o período pombalino não demonstrou ser o momento em que, *enfim*, se estabeleceram os fundamentos de uma economia que funcionava, nem, tampouco, se tratou do evento genial perdido – para o qual não se verificariam consequências relevantes na perspectiva da constituição da economia regional. O que vimos indica ser essa fase, com o “Diretório dos Índios” e a “Companhia”, um fundamental e criativo momento de uma trajetória já iniciada mais de meio século antes, com o “Regimento das Missões”, a qual, por uma parte se impôs ao protagonismo reformador que marcou o subperíodo de Pombal, por outra, dele recebeu condicionantes que marcariam indelevelmente os próximos períodos.

IMAGEM DE FUNDO - FRACTAIS

O termo *fractal* foi criado por *Benoît Mandelbrot*, matemático francês nascido na Polónia, que descobriu a geometria fractal, a partir do adjetivo latino *fractus*, do verbo *frangere*, que significa quebrar. Ele usou o termo para descrever um objeto geométrico que nunca perde a sua estrutura qualquer que seja a distância de visão. São produzidos por meio de equações matemáticas que podem ser interpretadas por formas e cores a partir de aplicativos usados em ambientes virtuais. Sua principal característica é a autossimilaridade. Eles contêm, dentro de si, cópias menores deles mesmos. Essas cópias, por sua vez, contêm cópias ainda menores e assim sucessivamente.

IMAGENS DA CAPA

- Beneficiamento do látex
- Mercado do Ver-o-Peso Belém/PA (*ilustração do século XX*)
- Rio Mamoré



Apoio

